

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA  
E ANÁLISE EXISTENCIAL**

Carlos Guilherme Cristelli Soares

**GÊNERO E GESTALT-TERAPIA:  
intersecções e ajustamentos teórico-clínicos**

BELO HORIZONTE  
2021

Carlos Guilherme Cristelli Soares

**GÊNERO E GESTALT-TERAPIA:  
intersecções e ajustamentos teórico-clínicos**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica.

BELO HORIZONTE  
2021

150  
S676g  
2021

Soares, Carlos Guilherme Cristelli.

Gênero e gestalt-terapia [recurso eletrônico] : intersecções e ajustamentos teórico-clínicos / Carlos Guilherme Cristelli Soares. - 2021.

1 recurso online (66 f. ) : pdf

Orientadora: Maria Madalena Magnabosco.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Relações de gênero. 2.Gestalt-terapia. 3. Escuta (Psicologia). I. Magnabosco, Maria Madalena . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL

Folha de Aprovação  
GÊNERO E GESTALT-TERAPIA: INTERSEÇÕES E AJUSTAMENTOS TEÓRICO-CLÍNICOS  
CARLOS GUILHERME CRISTELLI SOARES

monografia defendida e aprovada, no dia dezesseis de fevereiro de 2021, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Maria Madalena Magnabosco - Orientador

FAFICH/UFMG

Claudia Lins Cardoso

FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2022.

Profª. Drª. Claudia Lins Cardoso

Coordenadora do Curso



Documento assinado eletronicamente por Valteir Gonçalves Ribeiro, Chefe de seção, em 24/01/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Claudia Lins Cardoso, Professora do Magistério Superior, em 24/01/2022, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1210662 e o código CRC FA368304.

## RESUMO

A Gestalt-terapia tem suas matrizes conceituais ancoradas, principalmente, no pensamento e existência de Fritz e Laura Perls e Paul Goodman. Três pessoas com vivências em relação ao gênero muito diferentes e que fugiam do padrão masculino e heterossexual de teóricos das Ciências Humanas da época. Entendendo o gênero como um conceito instável e mutável, e que se intersecciona com aspectos como raça, classe, sexualidade, e etc., destaca-se a importância de se pensar as articulações fornecidas pelo referencial teórico gestáltico que auxiliam a descrever as multiplicidades de vivências de gênero nas possibilidades existenciais das pessoas. Ademais, devido à mutabilidade temporal desse conceito, tomamos como eixo central e objeto desta pesquisa, entender como os gestalt-terapeutas contemporâneos têm articulado suas teorias e práticas para propiciar uma compreensão e escuta clínica alinhadas a conceituações e vivências gendradas que rompem com paradigmas sociais fechados. Conforme as análises empreendidas, encontramos práticas e conceituações dos patriarcas da Gestalt-terapia que reforçam um pensamento hegemônico de subordinação feminina, apesar de proporem existências com mais liberdades sexuais. À matriarca, Laura Perls, coube desestabilizar um pouco essas estruturas sexistas e questionar o papel de submissão da mulher na sociedade. Já em relação aos autores contemporâneos, destaca-se uma dicotomia deixada pela Gestalt-terapia entre teorizações que oscilam entre um subjetivismo e naturalização dos gêneros a uma perspectiva de campo em que o olhar deve ser voltado ao potencial criativo do indivíduo em uma sociedade sexista, racista e LGBTfóbica, independentemente da forma como expressa seu gênero. Por fim, destaca-se o compromisso de gestalt-terapeutas em ouvir as pessoas em sua clínica desconstruindo seus próprios padrões para olhar para o indivíduo em sua totalidade.

**Palavras-chaves:** gênero; Gestalt-terapia; psicologia clínica; interseccionalidade; escuta clínica

## ABSTRACT

Gestalt-therapy has its conceptual matrices anchored, mainly, in the thought and existence of Fritz and Laura Perls and Paul Goodman. Three people with very different experiences related to gender, and who fled the masculine and heterosexual standard of Human Sciences theorists of that time. Understanding gender as an unstable and mutable concept, which intersects with aspects such as race, class, sexuality, etc., the importance of thinking about the articulations provided by the Gestalt theoretical framework that help to describe the multiplicities of experiences of gender in people's existential possibilities is highlighted. Furthermore, due to the temporal mutability of this concept, we take as a central axis and object of this research, to understand how contemporary gestalt-therapists have articulated their theories and practices to provide an understanding and clinical listening aligned with conceptualizations and gendered experiences that break with closed social paradigms. According to the analyzes undertaken, we find practices and concepts of the Gestalt therapy patriarchs that reinforce a hegemonic thought of female subordination, despite their propositions of existences with more sexual freedoms. The matriarch, Laura Perls, had the task of destabilizing a little these sexist structures, and of questioning the role of the woman's submission in society. Regarding contemporary authors, there is a dichotomy left by Gestalt-therapy between theories that oscillate between subjectivism and naturalization of genders to a field perspective in which the look must be turned to the individual's creative potential in a sexist, racist, and LGBTphobic society, regardless of how they express their gender. Finally, we point up the commitment of gestalt therapists to listen to people in their clinic, deconstructing their own standards in order to look at the individual in their totality.

**Keywords:** gender; Gestalt therapy; clinical psychology; intersectionality; clinical listening

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>8</b>
2.1 O gênero: nascimento e evolução de um conceito.....	8
2.1.1 Um histórico sobre corpos: o surgimento do gênero .....	8
2.1.2 Entre o patriarcado e os novos olhares sobre o gênero.....	12
2.1.3 Outras formas de pensar gênero: outras mulheres, os homens e a subversão do binarismo .....	17
2.1.4 O gênero na era digital: pluralidades em diálogo cibernético.....	24
2.2 A gestalt-terapia: aspectos históricos engendrados .....	25
2.2.1 Gestalt-terapia: os gêneros de uma teoria .....	25
2.2.2 Escritos e práticas generificadas dos precursores da gestalt-terapia.....	29
2.3 Gestalt e gênero na contemporaneidade: entendimentos possíveis .....	35
2.3.1 Gênero não interseccionado e suas interlocuções com a Gestalt-terapia.....	36
2.3.1.1 A escuta clínica considerando gêneros .....	42
2.3.2 Gestalt-terapia interseccionada com outras mulheres: as negras e as lésbicas .....	45
2.3.2.1 A escuta na clínica gestáltica da mulher negra e lésbica .....	47
2.3.3 Gestalt-terapia interseccionada com as sexualidades e identidades de gênero não normativas.....	48
2.3.3.1 Gestalt-terapia interseccionada às singularidades dos corpos trans e travesti .....	53
2.3.3.2 A escuta clínica das sexualidades e identidades de gênero não normativas.....	57
<b>3. CONCLUSÕES.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>

## 1. Introdução

“Gestalt therapy is an anarchistic process in the sense that it doesn’t conform to pre-set rules and regulations. It doesn’t try to adjust people into a certain system, but rather to adjust them to their own creative potential”<sup>1</sup> (PERLS, 1992).

A partir dessa fala de Laura Perls, uma das protagonistas na criação da Gestalt-terapia, podemos discriminar o potencial subversivo desse campo epistemológico. A preocupação aqui não é simplesmente adequar uma pessoa à sociedade, mas auxiliá-la a encontrar a melhor forma para funcionar na sua relação com o ambiente. Falar em forma é também dizer sobre uma das traduções possíveis para o termo *Gestalt*, Fritz Perls (1977 apud LIMA, 2016, p. 131) nos ajuda dizendo que essa palavra não possui uma tradução simples e que significa, dentre outras coisas, “configuração, o modo particular de organização das partes individuais que entram em uma composição”. Partindo dessa premissa para observar o ser humano, tem-se como fundamento que esse deve ser considerado em sua totalidade. Isso quer dizer que o indivíduo é muito mais que a soma de suas partes e olhar para sua totalidade requer que o foco seja na relação entre o organismo e o seu ambiente, que acontece na fronteira de contato (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997).

Assim, como postulado básico da Gestalt-terapia, em toda investigação psicológica, biológica ou sociológica é necessário partir da interação do organismo com o ambiente, já que todas as nossas funções e ações estão relacionadas a essa totalidade denominada campo organismo/ambiente (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997). Nesse sentido, é impossível falarmos de fenômenos eminentemente humanos sem evocar elementos sócio-culturais, ou melhor, relacionais, para encontrarmos respostas mais condizentes com a realidade.

Isso nos ajuda a pensar em alguns aspectos que parecem ser naturalizados em nossa sociedade como se fossem estruturas fechadas por si só, sem possibilidade de mudanças. Um desses aspectos, que parece passar cada vez mais forte por esse crivo, é a representação dos gêneros divididos pelo binarismo entre masculino e feminino. Essas diferenças modulam formas de ser, de se comportar e até os objetos de desejo das pessoas, conduzindo-as para uma

---

<sup>1</sup> “A Gestalt-terapia é um processo anárquico no sentido que não se conforma a regras e regulações pré-definidas. Ela não tenta ajustar as pessoas em um certo sistema, mas ajustá-las aos seus próprios potenciais criativos” (tradução nossa)



vida predominantemente cisgênero e heteronormativa<sup>2</sup> pela instauração de um dimorfismo sexual.

Com os questionamentos oriundos dos movimentos feministas, esses lugares destinados a homens e mulheres têm sido deslocados, desestabilizados e transformados. Apesar de não ter nascido com o movimento feminista, como veremos neste trabalho, o gênero tem sido uma categoria útil de análise a esse movimento. Joan Scott (1995), ao pensar sobre esse conceito e seus desdobramentos históricos, destaca que gênero era um termo tido como sinônimo de mulheres, uma vez que possuía uma conotação mais neutra e objetiva para as ciências sociais, que se dissociava de uma política ruidosa do movimento feminista. O gênero também deflagra que qualquer informação sobre mulheres também é sobre os homens, ou seja, um implica no estudo do outro, uma vez que ele diz das relações sociais entre os sexos. Outra contribuição que traz é que, ao evidenciar a construção social do ser homem e ser mulher, ele torna explícita como ocorre a subordinação feminina e acompanha o movimento nas reivindicações pela igualdade, rejeitando explicitamente as explicações biológicas. Além disso, gênero é um termo que enfatiza os aspectos relacionais que, apesar de poder incluir o sexo, não é determinado por ele e nem determina diretamente a sexualidade.

Atualmente, temos vários recortes epistemológicos e sociais para analisar o gênero que tangenciam, entre outros elementos, a orientação sexual, a raça, a classe, a geração, entre outros. Cada um desses aspectos analisados em intersecção com o gênero cria condições materiais, sociais, econômicas e culturais que perpassa a vida das pessoas e podem configurar seus ambientes relacionais. De fato, em termos gestálticos, a relação organismo e ambiente vai depender das forças que atuam nesse campo, ou seja, é importante considerar aspectos em comum que podem estar no campo de relações das pessoas pressionando por novos ajustamentos criativos.

Exemplos de como existem desigualdades entre as pessoas por esses fatores combinados são evidenciados em dados estatísticos. Pelo critério da raça, percebe-se a presença majoritária de população negra em situações abaixo da linha da pobreza, em piores condições de moradia e acessando menos bens e serviços. No Brasil, as mulheres negras ganham em média 44% a menos que os homens brancos (BRASIL, 2018). Pelo critério da sexualidade, o Grupo Gay da Bahia (2018) há anos vem denunciando o alto índice de assassinatos e suicídios por LGBTfobia no Brasil, colocando nosso país como primeiro colocado no ranking mundial de crimes contra

---

<sup>2</sup> Cisgênero significa a pessoa que se identifica com o sexo biológico que nasceu e heteronormativa diz respeito às normas que regulam o desejo das pessoas que devem se relacionar na esfera afetivo-sexual com pessoas do sexo oposto.

as minorias sexuais, demonstrando o perigo em divergir da heterocisnormatividade. Todos esses fatores denunciam práticas excludentes e um ambiente que, além de diferenciar por gênero, também exclui pela raça, sexualidade e identidade de gênero, formando classes não igualitárias que respondem a outros desafios existenciais.

Mesmo que o movimento feminista pautasse todas as questões que vêm sendo articuladas com a diferença entre pessoas mediante o gênero e suas intersecções, bell hooks<sup>3</sup> (2018) nos alerta para o fato de que a maioria das pessoas não entende o sexismo ou, se entende, pensa que ele não é um problema. Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. E a grande maioria desse pessoal pensa que feminismo é anti-homens. A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa dominada por homens brancos. É importante ressaltar aqui que não só a mídia, mas toda a tradição científica é majoritariamente pautada pelo olhar masculino, cisgênero, heteronormativo e branco, que promove padronizações e justifica opressões na manutenção da hegemonia.

Assim, articulando a frase que inicia este trabalho, de se pensar a Gestalt-terapia como um processo anarquista, com a desestabilização nas normas sociais provocadas pelas inquietações do movimento feminista, surgem alguns questionamentos. Ao evidenciar que a fundamentação da Gestalt-terapia parte essencialmente das contribuições de Fritz e Laura Perls e Paul Goodman, que possuíam vivências muito diversas em relação ao gênero e sexualidade, percebemos que há um escapamento do olhar puramente masculino e heterossexual. Portanto, pensar como a Gestalt-terapia se articula com gênero passa também pela identificação de como seus fundadores lidavam com suas questões relacionadas a aspectos generificados em suas próprias existências. Ademais, devido ao fato de suas teorizações serem contemporâneas aos primeiros esboços sobre gênero, cabe interrogar se escreveram algo que remetesse diretamente ao trabalho clínico com homens e mulheres e suas sexualidades. Por fim, retomando a ideia de que o conceito de gênero não é um dado natural, tampouco estável e que vem sendo desenvolvido com o tempo, outro questionamento pertinente é como os autores que pensam a Gestalt-terapia na contemporaneidade têm articulado esse conceito com a teoria e prática clínica gestálticas.

Particularmente, acho importante localizar minha subjetividade nesse estudo. Sou homem gay cisgênero e minha intenção inicial com esse trabalho era pensar sobre a

---

<sup>3</sup> Esse nome é uma homenagem da autora à sua bisavó materna. Ela grafa esse nome em minúsculo para que seja dado mais enfoque no conteúdo de sua obra do que em sua pessoa.

masculinidade na contemporaneidade articulada com a Gestalt-terapia. Ao iniciar minhas pesquisas, percebi que a masculinidade era insuficiente para dar conta da totalidade de quem sou eu. Assim, via-me afetivamente disponível e aberto a olhar para o gênero de um modo mais geral, mas que, ao mesmo tempo, contém a masculinidade e a homossexualidade, duas marcas que dizem de mim, além de representar minhas lutas enquanto homem pró-feminista e branco antirracista.

Na minha singularidade enquanto leitor sobre o conceito de gênero, percebi que havia um apagamento das masculinidades nesses textos e de como os homens participaram disso também, o que está bem incluso e difuso no decorrer deste trabalho. Outro demarcador do meu estudo é trazer a humanidade de nossos autores principais em suas relações generificadas, pois aqui falamos de gênero e a Gestalt-terapia tem como pressuposto a indissociabilidade de um organismo com seu ambiente, o que não exclui a humanidade de nossos autores, muitas vezes lidos como a-históricos, destituídos de um corpo e de aspectos existenciais que permearam suas teorias. Além disso, por se configurar em um trabalho escrito para se pensar a Psicologia Clínica, aspectos relacionados aos cuidados em relação ao gênero na escuta psicológica foram destacados e especificados no texto. Portanto, essas são marcas que diferenciam a forma como esse estudo foi conduzido e refletem as minhas preocupações enquanto pessoa, autor e pesquisador diante dos incômodos trazidos pelos furos na trama de entrelaçamentos entre a Gestalt-terapia e o gênero.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 O Gênero: nascimento e evolução de um conceito**

#### **2.1.1 Um histórico sobre corpos: o surgimento do gênero**

Ao se pensar na derivação das sociedades ocidentais, na qual nos inserimos, devemos remontar especialmente à Grécia Antiga, onde as mulheres já se confinavam no espaço doméstico, mantendo contato somente com pessoas da família e servos, o que as deixava numa posição de ignorantes e inexperientes. Tal configuração não modificou muito na estrutura da sociedade romana, onde a mulher passava da submissão e obediência do pai para o marido e deveria ser uma procriadora (NADER, 2014).

Em relação aos homens, na Grécia, a força, a bravura e a dominação sexual eram valores associados à virilidade, que também possuía como elemento constitutivo fundamental as práticas homoeróticas. Entre os homens romanos, os valores mudaram um pouco, já que a prática do homoerotismo foi substituída pela educação viril do filho pelo pai (ZANELLO, 2018). No entanto, como afirma Thullier (2013) citado por Zanello (2018) um jovem romano

só se tornaria homem após a primeira experiência sexual com uma mulher, sendo a impotência motivo de escárnio, a promiscuidade masculina considerada algo normal e uma ênfase à dimensão dos órgãos sexuais (quanto maior, maior a virilidade). Outra característica da virilidade era a busca pelo domínio de si, ou seja, o homem viril não poderia exprimir seus afetos e sofrimentos, devendo escondê-lo e superá-lo em silêncio.

Na Idade Média, com a expansão do império romano e dos valores católicos, houve um aprofundamento de desigualdades entre homens e mulheres pelas concepções sexistas (ZANELLO, 2018) Por séculos, as mulheres estiveram excluídas da produção de saber científico e filosófico. Como a produção de conhecimento estava profundamente ligada a uma vida eclesiástica nos séculos que precederam o Iluminismo, a opressão e exclusão das mulheres para receber instrução acadêmica e/ou profissional qualificada tornou difícil o questionamento sobre suas possibilidades em uma sociedade profundamente androcêntrica (MATOS, 2008).

Assim, antes do século XVIII, as mulheres já eram vistas como diferentes dos homens, não no sentido que damos em nossa atualidade sociocultural. Elas eram consideradas incompletas ou inferiores, não possuindo o dom da razão, sendo uma diferença de grau, ou seja, eram vistas como homens menores cujos órgãos sexuais permaneceram dentro do corpo (Connell, 2005; Lacquer, 2001 apud Zanello, 2018). Nesse jogo, os homens eram definidos como um ser humano privilegiado sempre relacionado à positividade, sendo o mais forte, inteligente, corajoso, racional, de modo a se justificar a relação hierárquica em relação, especialmente, às mulheres (NADER, 2014).

A marca da diferença sexual surgiu no século XVIII, que se deu por motivos ideológicos, especificamente com a consolidação do capitalismo pela revolução industrial. A importância desse momento histórico para marcar a diferença entre homens e mulheres se deve à possibilidade de mobilidade social, que deveria ser para todos (homens e brancos) e não para todas e pessoas negras. Essa possibilidade também trouxe a distinção entre o âmbito público e privado. Assim, para justificar que essas pessoas não tivessem acesso a essa mobilidade e se dedicasse aos trabalhos no âmbito privado, a diferença física foi enfatizada como justificativa para a naturalização de diferenças sociais (ZANELLO, 2018).

Essa naturalização reservou às mulheres burguesas o espaço de domesticidade e submissão, representadas pelo matrimônio e maternidade, que eram contrários à ideia de liberdade e mobilidade pregados como possíveis e desejáveis pela sociedade da época. Alguns autores sinalizam que tal contradição provocou o adoecimento em parte das mulheres burguesas nesse período, sendo histeria o nome dado a essa forma de sofrimento. Para contrabalançar, também houve a ideia de empoderamento feminino a partir da exaltação da maternidade, o que

poderia deixar algumas mulheres em concordância com esse lugar. No entanto, foi a partir de um desconforto com todos esses lugares confinados que os movimentos sociais se fortaleceram, dando lugar às lutas feministas, iniciadas pelas mulheres brancas de classe média (ZANELLO, 2018).

Com esse incômodo, surge a “primeira onda” do feminismo entre o final do século XIX e início do século XX. A reivindicação desse grupo era especialmente o direito ao voto, o acesso à escolaridade pelo mesmo tempo que os meninos e o direito a ter posses e bens, já que somente homens poderiam ser proprietários de um imóvel, por exemplo. Assim, a luta contra a discriminação e pela garantia de direitos marca essa fase, que também inaugura a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado (PISCITELLI, 2009; NARVAZ & KOLLER, 2006).

É importante colocar que apesar de as mulheres terem entrado gradualmente na universidade ao longo dos séculos XVIII e XIX, iniciando as possibilidades de produção de conhecimento científico, foi no início do século XX que os grupos de universitárias colocaram em questão a produção do conhecimento, o que culminou nos estudos feministas ou de mulheres especialmente entre os anos de 1930 a 1970 (MATOS, 2008).

No campo da produção de teoria social, foi a partir da década de 1930 que houve estudos em várias culturas, demonstrando que homens e mulheres poderiam ter tarefas diferentes na sociedade, mas que tais atividades não eram fixas. Nessa época estava sendo muito difundido também o conceito de papel social, em que se tem a ideia de que as pessoas ocupam lugares na sociedade (filho, avó, marido), desempenhando papéis de acordo com as normas e regras sociais que determinam quais são os papéis possíveis e como eles devem ser desempenhados. Assim, alguns atributos podem servir de base para a definição de um papel, como o sexo, determinando que homens e mulheres desempenham papéis culturalmente construídos, denominados papéis sexuais (PISCITELLI, 2009).

Uma grande contribuição para a desestabilização da naturalização dos papéis sexuais veio dos estudos de Margaret Mead (1999 apud PISCITELLI, 2009). Na década de 1930, essa antropóloga estadunidense estudou três sociedades tribais em Nova Guiné, encontrando diferentes formas de expressão de temperamento entre homens e mulheres que diferiam entre cada uma dessas sociedades e entre todas elas com a sociedade ocidental. Assim, concluiu que não existe um temperamento inato feminino ou masculino, ou seja, mulheres não são naturalmente mais dóceis e afetivas e homens não são dominadores e agressivos. De acordo com a autora, toda cultura determina os papéis de mulheres e homens, que não são

necessariamente colocados em termos de personalidades distintas de acordo com o sexo, tampouco em relações de dominação.

Outra contribuição para o deslocamento natural de comportamentos femininos e masculinos e da noção de submissão veio com a publicação do livro *O Segundo Sexo* em 1949 por Simone de Beauvoir (1980 apud PISCITELLI, 2009). Nesse livro, a autora apresentou uma divergência às teorias feministas da época ao colocar que a eliminação da dominação dos homens sobre as mulheres não seria conquistada somente com as reformas nas leis, pauta das feministas de primeira onda, mas com o enfrentamento e subversão de estruturas sociais que situavam a mulher em um lugar inferior.

As primeiras formulações sobre o conceito de gênero, iniciaram-se na década de 1950 a partir dos estudos do psicopediatra John Money, apoiados na Teoria de Papéis Sociais aplicada à diferença dos sexos ao estudar crianças intersexo<sup>4</sup>. Esse autor introduz o conceito de identidade de gênero, defendendo que existe uma cisão entre o determinismo biológico do sexo e a aprendizagem de comportamentos sexuais, que são culturalmente modelados. Para ele, o gênero e a identidade sexual seriam modificáveis até os 18 meses de idade. Assim, o desenvolvimento psicossocial representava uma forma de desenvolvimento do sexo embrionário, defendendo que a aparência dos genitais era fundamental para o desenvolvimento da heterossexualidade. Portanto, suas teses centravam-se na ideia de como o social, com o suporte da ciência, poderia garantir a diferença entre os sexos (BENTO, 2006; BORBA, 2016).

Em 1963, o psicanalista Robert Stoller (1982 apud BORBA, 2016), seguindo o trabalho de Money, apresentou o seu estudo sobre o modelo de identidade de gênero a partir da análise de pessoas transexuais. Ele entendia que quando nascemos é a partir dos nossos órgãos genitais que somos classificados como menina ou menino, o que ele chamou de sexo. No entanto, as formas de ser homem e mulher são aprendizados culturais, definidos como gênero. Portanto, para ele, existe uma diferença sexual natural fisiológica, mas o sentido que isso assume em determinado lugar e em determinado contexto histórico determina formas apropriadas de ser homem ou mulher.

De acordo com Jennifer Germon (2009) uma das distinções na teoria de Stoller em relação a de Money foi a divisão da identidade de gênero e papel de gênero. Com isso, Stoller faz uma distinção entre a autopercepção de uma pessoa, no nível psicológico, enquanto sendo homem ou mulher (identidade de gênero) e os comportamentos típicos e expectativas sociais

---

<sup>4</sup> Intersexo é o nome dado a pessoas que nascem com uma ambiguidade em seus órgãos genitais, não podendo ser caracterizados como meninos ou meninas estritamente.

associadas a serem pertencentes a um determinado gênero (papel de gênero). Mais tarde, Money quis restaurar o senso de unidade desses termos e insistia de modo tautológico que a identidade de gênero é o equivalente a uma experiência pessoal e privada do papel de gênero, esse papel nada mais é que a expressão pública da identidade de gênero.

Uma das críticas ao modelo de Stoller é que, seguindo uma lógica cartesiana, ele coloca tudo aquilo que é da ordem do natural, material e carnal sob a rubrica do sexo, não se preocupando muito em desenvolver isso, já que seu interesse estava concentrado em desenvolver os elementos psicológicos de uma subjetividade sexuada que estavam abrangidos pelo conceito de gênero. Assim, o gênero ficou separado de uma associação com a luxúria do corpo. Na teoria de Money, gênero e sexo eram indissociáveis, já que o gênero de uma pessoa era produzido pela interação entre o corporal, o sensorial e o social, abrangendo, pois, o nível erótico. Para Money, a única distinção que se faria desses dois conceitos era pelo seu legado histórico, uma vez que o sexo surge primeiro enquanto categoria ontológica (GERMON, 2009).

### **2.1.2 Entre o patriarcado e os novos olhares sobre o gênero**

É com base em todo esse novo arcabouço teórico de se pensar o gênero enquanto construção social e na dominação masculina é que surgem as reivindicações do que foi denominada a segunda onda do feminismo nas décadas de 1960 e 1970. Nos Estados Unidos, esse movimento enfatizava a denúncia da opressão masculina e a busca pela igualdade, o que se diferenciava das feministas francesas, que postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres com visibilidade à experiência feminina, tão negligenciada ao longo dos séculos (NARVAZ & KOLLER, 2006).

As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação e trabalharam, recorrentemente, com uma série de categorias e conceitos fundamentais, sobretudo o de mulher, opressão e patriarcado (PISCITELLI, 2009, p. 132).

Ao se colocarem questões políticas em comum, o reconhecimento das mulheres enquanto coletividade parte da ideia de o que as une ultrapassa a diferença entre elas. A sustentação dessa união além de incluir traços biológicos, também trazia os aspectos sociais referentes à dominação masculina, mediante a opressão patriarcal, que era sofrida por todas as mulheres independentemente de classe e raça (PISCITELLI, 2009).

Assim, as produções intelectuais das mulheres deram destaque para a categoria mulher, uma vez que foram silenciadas por tanto tempo em decorrência da organização social de dominação masculina. Seus trabalhos focavam em temas que não estavam no espaço

acadêmico, como o cotidiano, a família, a sexualidade, os sentimentos. Eram estudos que não possuíam neutralidade, distanciamento e isenção, muitas vezes sendo escritos em primeira pessoa, pois eram, sobretudo, políticos e que tinham pretensões de mudanças na sociedade (LOURO, 2003).

Algumas dessas teóricas vão se ancorar na teoria marxista e/ou na psicanálise de forma a produzir explicações para a desigualdade social produzida pela opressão das mulheres. Ainda, um terceiro grupo contesta esses quadros de referência utilizados, devido ao fato deles serem construídos por homens e alicerçados em uma base androcêntrica, produzindo explicações e teorias fundamentalmente feministas, originando o feminismo radical. Mesmo em campos teóricos distintos, todas elas buscavam reconhecer uma causa central para a opressão feminina e propunham argumentações que supunham a destruição dessa opressão como caminho lógico para que as mulheres fossem emancipadas (LOURO, 2003).

No entanto, havia ainda pesquisadoras e pesquisadores que, em posição diametralmente oposta, criaram estudos para justificar as desigualdades entre homens e mulheres a partir de características biológicas. Esse argumento, construído especialmente pela sociobiologia, coloca que por serem biologicamente distintos, homens e mulheres devem desempenhar papéis distintos que tem lhes sido determinados por séculos na sociedade, o que por si só seria suficiente para que possamos compreender a desigualdade entre eles (LOURO, 2003; CONNELL, 2005).

Como a categoria mulher vinha sendo desenvolvida de modo universal, as mulheres negras, embora integrassem o feminismo clássico, não se sentiam plenamente ouvidas. Assim, militantes negras começam a pensar e a agir sobre os determinantes de raça na categoria mulher na década de 1970 nos Estados Unidos. Essas mulheres perceberam pelas suas experiências e atuação na militância que as questões específicas presentes em suas pautas não seriam resolvidas pensando-se apenas nas categorias gênero ou classe (ADÃO, 2019). Segundo bell hooks (2018) elas queriam reformas que dessem conta das desigualdades do sistema como um todo, reestruturando uma sociedade fundamentalmente antissexista e não somente realizando uma alteração no sistema para uma busca de direitos. Começaram a perceber que as mulheres brancas acabavam conseguindo mobilidade social e igualdade em relação aos homens em determinados aspectos, exercendo a dominação sobre as negras. Ainda, iniciaram a denúncia de que era mais tolerável para uma sociedade patriarcal aceitar um feminismo que ainda mantinha a supremacia branca do que a ascensão social de negros.

A partir da década de 1960 também houve uma resposta social e política sobre o papel dos homens e da masculinidade ao movimento das mulheres. O primeiro movimento, intitulado



de homens profeministas, foi criado por homens que tiveram suas vidas profundamente influenciadas por mulheres e combatiam seu próprio sexismo, tornando-se aliados do feminismo. Esses homens se dividiram basicamente em dois grupos: o primeiro lutava para criar uma maior equidade e para acabar com a discriminação contra as mulheres; o segundo focava no fim da violência contra as mulheres (CLATTERBAUCH, 2007).

Como uma resposta a todos esses movimentos, no final das décadas de 1960 e 1970, alguns homens conservadores buscavam a manutenção dos seus papéis masculinos tradicionais. Com base em argumentos biologizantes, eles acreditavam que o papel do homem era mais bem representado como protetores e provedores e que a modificação dessa estrutura iria ser desastrosa para a ordem social (CLATTERBAUCH, 2007).

Ainda, um outro movimento denominado movimento dos direitos dos homens (*men's rights movement*) surgiu em concordância com os profeministas em uma ideia do dano causado por ter que desempenhar um papel masculino tradicional. No entanto, eles diferiam radicalmente quando afirmavam que era um erro pensar que os homens eram privilegiados, atacando as feministas e os profeministas de negligenciarem a opressão sofrida pelos homens. Aliás, eles diziam que esses movimentos contribuíam para aumentar a discriminação ao denunciar os homens como violentos, abusadores e opressores. Esse movimento cresceu e até os anos 1980 já havia publicações desses grupos na maioria dos países onde o feminismo estava mais fortalecido (CLATTERBAUCH, 2007).

Foi também no final década de 1960, derivado especialmente dos movimentos feministas, do movimento negro e da efervescência da antipsiquiatria que se iniciaram os movimentos por parte dos homossexuais nos Estados Unidos, tendo como marco inicial as manifestações de Stonewall em 1969, em reação à truculência policial à comunidade LGBTQI+. Esse movimento visava a libertar a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo de toda forma de regulação, perseguição, patologização e estigmatização. No cerne da sua pauta, estava a reforma da legislação para retirar a proibição de práticas e comportamentos homossexuais e para desconsiderar a sexualidade como doença, transtorno psiquiátrico ou desvio. Rapidamente, o movimento também saiu da pauta de direitos civis igualitários e passou a fazer críticas ao patriarcado, à família burguesa e à patologização da sexualidade (DOWSETT, 2007).

Destaca-se que todos esses movimentos (negras, homens, população LGBTQI+) surgiram na mesma época aliando-se ou criticando a denominada segunda onda do movimento feminista. Evidentemente, nessa época houve uma acumulação de dados sobre a situação da mulher, com uma crescente sofisticação nas perspectivas acadêmicas sobre os temas

levantados. Como reação, também houve muitas críticas a esses conceitos que estavam sendo trabalhados e um dos primeiros alvos desse questionamento foi o conceito de patriarcado<sup>5</sup> (PISCITELLI, 2009).

De fato, esse conceito foi sendo utilizado para definir toda e qualquer subordinação feminina à dominação masculina e foi se alastrando no discurso político e acadêmico sem que aspectos centrais sobre sua dinâmica, seus componentes e historicidade fossem devidamente trabalhados. Como faltava sustentação, ele passou a ser um conceito vazio de conteúdo, servindo de sinônimo para um sistema opressivo que era tratado algumas vezes como algo imutável. De forma a dar soluções conceituais mais apropriadas para que essa opressão perdesse esse caráter imutável, pesquisadoras feministas procuravam maneiras alternativas a conceitos problemáticos como o do patriarcado. É a partir disso que essas mulheres se concentram no conceito de gênero (PISCITELLI, 2009).

Assim, foi a partir de meados dos anos 1970 que se estabeleceu a ideia de gênero enquanto conceito, muito devido a entrada de mulheres ligadas ao feminismo na ocupação de cátedras nas universidades. Desse modo, especialmente formulado para se diferenciar do conceito de sexo, o gênero marca uma dimensão que evidencia a importância de traços históricos, sociais e políticos, implicando em uma análise relacional. Ao sexo ficou estabelecido ser uma categoria analítica ancorada no biológico de modo essencialista. Ambas as categorias foram pensadas de um modo dicotômico para se referir às diferenças entre eles (feminino-masculino; mulheres-homens), restando pouco espaço para conceituações além desse binarismo (MATOS, 2008).

Uma das contribuições mais importantes sobre o conceito de gênero veio a partir das formulações da antropóloga Gayle Rubin (1975 apud PISCITELLI, 2009; GERMON, 2009), que foi a primeira a utilizar a palavra gênero em publicação impressa, em 1975. Em linhas gerais, ela se baseia em dois aspectos centrais das teses de Lévi-Strauss. O primeiro relaciona-se ao tabu do incesto que gera uma “troca de mulheres”, ou seja, os homens de determinada família oferecem suas filhas ou irmãs para se casarem com homens de outras famílias, criando uma aliança entre as duas famílias. O segundo diz respeito à forma de sobrevivência econômica dessas famílias que é mantida por uma divisão de tarefas de acordo com o sexo, que apesar de

---

<sup>5</sup> Originalmente, o termo patriarcado tem referências bíblicas relacionando-se aos patriarcas do Velho Testamento, como Abraão, que possuíam poder absoluto sobre mulheres, crianças, animais e subordinados. O termo também foi utilizado pelo sociólogo Friedrich Engels e por teóricas do feminismo para falar de outros contextos históricos, como sociedades feudais e capitalistas, denunciando que havia uma hierarquia muito forte alicerçada na estrutura familiar e paterna. Ampliando-se o conceito, o poder patriarcal refere-se à capacidade masculina de ter o controle sexual ou reprodutivo sobre o corpo da mulher e de confiná-la ao mundo privado e doméstico (PISCITELLI, 2009).

variar entre culturas, estabelece funções diferenciadas entre homens e mulheres universalmente. Além disso, essa divisão reforça a ideia de que a menor unidade econômica viável contenha um homem e uma mulher.

Ao retomar esses dois aspectos, Rubin (1975 apud PISCITELLI, 2009) defende que essa divisão sexual do trabalho aprofunda diferenças entre homens e mulheres ao estabelecer quais são as tarefas que cada gênero deve desempenhar. Além disso, obriga o casamento heterossexual, já que a menor unidade deve possuir dois gêneros distintos. Assim, a autora consegue articular gênero e sexualidade, uma vez que tal gênero não diz respeito apenas a uma identificação com o sexo, mas deve ter seu desejo sexual orientado para outro sexo a fim de estabelecer a unidade da família. Portanto, para Rubin (1975 apud GERMON, 2009), o principal ponto da revolução feminista deveria ser a derrocada das normas que estabelecem o que cada gênero deve fazer.

Como as teóricas do feminismo se apoiaram nos estudos de Stoller, o gênero permitiu a contestação das explicações biológicas e deterministas da posição social, econômica e política das mulheres. Ao sexo, pela crueza de sua materialidade biológica, foi dado o lugar de passividade e subserviência ao domínio sociocultural. De acordo com Germon (2009), a própria Rubin estabelecia que o corpo era o material bruto sobre o qual o gênero funcionava.

Como gênero é um conceito com múltiplos olhares e abordagens desde seu início, relaciona-se a algo dinâmico e ligado a um determinado momento histórico e social. Erroneamente, desde que foi abraçado pela matriz teórica do feminismo, existe a ideia de que esse conceito sempre existiu, que seu significado é universal e que possui a sua origem no legado de Simone de Beauvoir ou nas teorizações de Robert Stoller ou, ainda, nas formulações elaboradas pelas feministas da década de 1970 (GERMON, 2009).

No Brasil, até a década de 1980, o termo utilizado era “relações sociais de sexo” em vez de “relações de gênero”, devido à forte influência da literatura feminista francesa. No entanto, devido à generalização mundial do termo pelas teóricas anglófonas o termo chegou em nosso país. É provável que aqui, como em outros países, o gênero tenha se tornado um eufemismo para sexo, de forma a evitar associações com genitália e coito, o que pode ser observado em formulários de identificação de pesquisa, nos quais é bastante comum encontrar gênero em lugar de sexo (CARVALHO & RABAY, 2015)

Para estabelecer um apanhado geral sobre essa segunda fase do conceito de gênero, apesar de diferenças conceituais, as construções dessa segunda onda do feminismo estiveram ligadas, a um primeiro momento, à crítica ao patriarcado por uma essencialização da categoria mulher. Depois, ao questionar essa essencialização e transformar essas diferenças como

diferenças de gênero, na tentativa de superar o dimorfismo sexual, elas continuaram presas nas diferenças binárias entre masculino e feminino, com uma tendência universalizante sobre essas diferenças (MAGNABOSCO, 2003).

### **2.1.3 Outras formas de pensar gênero: outras mulheres, os homens e a subversão do binarismo**

A partir da difusão das ideias sobre gênero nas décadas de 1970 e 1980, a matriz feminista passou a destacar a identidade entre as mulheres, com pouca ou nenhuma atenção às diferenças entre elas. Assim, a experiência de ser uma mulher negra, muçulmana, pobre, católica, protestante, amarela, imigrante, lésbica entre outras, sofriam um eclipsamento no discurso feminista identificado como branco e de classe média (PISCITELLI, 2009; MAGNABOSCO, 2003).

Portanto, as feministas, especialmente negras e muçulmanas, que não se sentiam representadas pela categoria mulher do feminismo de segunda onda, passaram a problematizar e a exigir que o gênero fosse pensado pela demarcação das diferenças tanto entre as mulheres, como também pelo entrelaçamento das distinções entre masculinidade e feminilidade com a raça, a nacionalidade, a sexualidade, a classe social e a idade. Além disso, discordavam da ideia de subordinação universal das mulheres, preferindo explorar as situações específicas de dominação pensando em como o poder opera por meio de estruturas de dominação múltiplas e fluidas que são interseccionadas e posicionam mulheres em lugares e momentos históricos distintos. Isso quer dizer que os sistemas de dominação nos quais gênero se articula a outros fatores como classe e raça, não possuem efeitos semelhantes para toda mulher em qualquer lugar do mundo (PISCITELLI, 2009).

De fato, nas pautas das feministas negras sempre foi demarcado o lugar que a raça estabelecia na divisão sexual, mas conforme assinala bell hooks (2018), assim como as lésbicas, as negras nunca ganharam destaque midiático. Salienta, ainda, que as mulheres brancas ao conseguirem alguns direitos que lhes permitia mobilidade de classe, poderiam contar com o fato de que havia mulheres negras, pobres e trabalhadoras para fazerem o serviço doméstico, ainda relegado a um papel feminino, no lugar delas e para elas.

Ao falar sobre essa dissidência do movimento, Arrelias Costa (2019) denuncia a não inclusão das mulheres negras no interior da construção das pautas de movimentos feministas brasileiros, que tiveram origem eurocêntrica. Assim, ela demarca algumas diferenças específicas da mulher negra, assinalando que

as lutas destes movimentos jamais consideraram as demandas específicas das mulheres negras, que nunca foram tratadas como delicadas e frágeis, por assim não serem jamais reconhecidas social ou individualmente. As mulheres negras também nunca tiveram reconhecidas suas reivindicações a respeito do trabalho assalariado, uma vez que sempre trabalharam para garantir o próprio sustento e de suas famílias: a princípio como escravizadas nas casas-grandes, nas lavouras ou em trabalhos de ganho e, posteriormente, como empregadas domésticas e babás sem garantias trabalhistas e de condições de trabalho dignas. Aliás, postura essa mantida com o aval de mulheres brancas. As mulheres negras sempre tiveram e ainda continuam tendo seus corpos com identidades de objeto, seja para a satisfação sexual dos senhores de engenho, seja para a manutenção do estereótipo da “mulata tipo exportação”. São, ainda, consideradas “anti musas” da sociedade brasileira, com negação de uma estética natural positiva em detrimento dos cabelos loiros e pele branca como ideal de beleza (CARNEIRO, 2003), o que tem deixado pessoas brancas – inclusive mulheres brancas – a vontade para todo tipo de discurso racista nas redes e mídias sociais, com a certeza da impunidade (ARRELIAS COSTA, 2019, p. 20)

A partir de todos esses questionamentos, surge a terceira onda do feminismo na década de 1980. As principais influências epistemológicas concentraram-se nos estudos pós-estruturalistas de Michel Foucault e Jacques Derrida, e propunham que a análise das diferenças, da alteridade e da singularidade das experiências fosse o foco dos estudos. Fundamentalmente, concebiam que as subjetividades são construídas pelos discursos em um espaço dialógico e intersubjetivo. Portanto, o campo de estudos passa a ser as relações de gênero e não somente as mulheres (NARVAZ & KOLLER, 2006).

As feministas desta última geração problematizaram as teorias essencialistas ou totalizantes das categorias fixas e estáveis do gênero presentes nas gerações anteriores, nas quais “gênero” era definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina inscrita na subjetividade. A expressão “totalizante” foi usada para descrever a ideia até então vigente de que havia uma essência, uma única forma estável e homogênea de ser mulher ou de ser homem. Enquanto “sexo” descrevia os aspectos biológicos, “gênero” compreendia a construção cultural que ocorria sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenças biológicas (NARVAZ & KOLLER, 2006, p. 650).

Logo, o conceito passa a exigir que se pense de forma plural, visto que as concepções de gênero não se diferenciavam somente entre sociedades e momentos históricos, mas dentro de uma mesma sociedade e na mesma temporalidade, ao se considerar os seus diversos grupos constitutivos (LOURO, 2003). Com essa nova abordagem teórica, as concepções de gênero passaram a ter um caráter que evidencia o multiculturalismo crítico e emancipatório, buscando desmontar o conhecimento produzido em uma matriz ocidental, anglo-europeia, branca, patriarcal, heteronormativa e masculina. A partir disso, foi instaurado um novo quadro institucional e político em que houve uma forte dissociação entre o pensamento feminista e o seu movimento político e a proliferação de ONGs voltadas para mulheres caracterizando uma profissionalização desse movimento (MATOS, 2008).

Nesse contexto, surge a noção de interseccionalidade. Elaborado pelas feministas negras na década de 1980, é uma ferramenta teórico-metodológica para a execução de análises que identifiquem processos de interação entre raça, classe, gênero, sexualidade, geração, etc., de modo a propiciar a compreensão de como diferentes formas de opressão podem agir articuladamente e promover enfrentamentos e resistências conjuntos e não fragmentados (BORGES, 2015).

Ao fundar o pensamento sobre o gênero de modo relacional, os estudos feministas também abrem margem para que os estudos sobre as masculinidades sejam elaborados na desconstrução de um homem universal, viril, competitivo e violento (BENTO, 2006). De acordo com Raewyn Connell, essa mudança para incluir as masculinidades nos estudos de gênero teve resistência de algumas feministas que pensaram que essa inclusão despolitizaria o projeto militante dos estudos sobre mulheres (*women's studies*). Ela ratifica que elas estavam corretas, já que os estudos de homens (*men's studies*), por não terem sua base na militância – que entrou na academia para a validação e o reconhecimento da vida e das vozes femininas invisibilizadas pela dominação – tornou-se mais um campo de estudo, politicamente inerte (NASCIMENTO & CONNELL, 2017).

Várias abordagens para trabalhar com os homens surgiram nessa época, uma das mais proeminentes foi o movimento mitopoético, inaugurado em 1990, com a publicação do livro “João de Ferro” de Robert Bly (1990 apud CLATTERBAUCH, 2007). Esse livro concentra-se na tese de que os homens foram privados de uma iniciação correta à masculinidade, uma vez que revolução industrial retirou os seus pais de casa, deixando com que os meninos fossem criados por suas mães e professoras, que além de não conseguirem representar os homens, davam uma visão injusta e preconceituosa de seus pais. Por meio de grupos terapêuticos conduzidos por Bly ou algum outro homem, os homens poderiam falar, escrever poemas, cantar em rituais. Geralmente, os conteúdos versavam sobre o fato de sofrerem a perda de seus pais e a raiva em relação a suas mães. É importante destacar que esse movimento buscava a recuperação de uma masculinidade verdadeira. Eles não tinham base científica e pareciam ser uma forma de assegurar aos homens que eles poderiam funcionar de modo patriarcal novamente, trazendo uma visão essencialista de masculinidade (NASCIMENTO & CONNELL, 2017).

De acordo com Kimmel (2011 citado por ZANELLO, 2018) essa proposta do movimento mitopoético é uma das duas formas de estudos da masculinidade, que, segundo ele, tratam a masculinidade como algo em si mesma, derivada de um arquétipo a-histórico. O outro tipo de estudos é derivado de fontes teóricas feministas e tem o gênero como eixo central. Esse

segundo tipo de estudo sobre masculinidades apresenta quatro eixos centrais, de acordo com Connell, Hearn e Kimmel (2005 apud MEDRADO & LIRA, 2008): 1) organização social das masculinidades em suas representações locais e globais; 2) as identidades de gênero expressas e compreendidas por homens; 3) as masculinidades como expressões da dimensão relacional do gênero, ou seja, em sua interação com as mulheres e com outros homens; 4) a forma como as masculinidades são construídas por dispositivos institucionais.

Um dos principais conceitos quando se trata dos estudos de masculinidades é o de masculinidade hegemônica. Nesses estudos, a masculinidade não é tida como um objeto, no sentido de ser uma norma do comportamento masculino, mas relaciona-se aos processos e relações conduzidas por homens e mulheres em suas vidas permeadas pelo denominador gênero. Resumidamente, a masculinidade é um termo que é simultaneamente definido como um lugar nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres estabelecem esse lugar no gênero e os efeitos dessas práticas em suas experiências corporais, em suas personalidades e na cultura. A hegemonia aqui diz respeito a um lugar privilegiado na posição de dominação, que legitima o patriarcado e que não possui um caráter fixo, comportando-se de maneiras diferentes em determinados lugares e momentos. Essa hegemonia é estabelecida principalmente mediante um ideal cultural e a configuração de um poder institucional que a valida sobretudo de modo autoritário (CONNELL, 2005).

Assim, a masculinidade hegemônica não precisa ser o padrão na vida dos homens, ela trabalha na produção de exemplos de masculinidade, símbolos que possuem autoridade (como estrelas do esporte, políticos, chefes de organizações), apesar da maioria dos homens não viver de acordo com elas. Esses exemplos não são temporalmente e localmente estáveis, podendo ser redefinidas por novas relações de poder e resultarem em outras masculinidades socialmente admiradas, como a de um parceiro doméstico substituindo um patriarca clássico, por exemplo (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013).

Para além da dominação feminina, o conceito de masculinidade hegemônica também estabelece que outros grupos de homens são mais ou menos dominados e marginalizados, como é caso dos gays, dos negros, dos homens com deficiência, dos que apresentam traços femininos, entre outros. Muitos desses homens passam pela subordinação por incluírem em seus comportamentos aspectos culturalmente femininos, rejeitados pela masculinidade hegemônica, servindo de base para xingamentos de cunho homofóbico (bicha, maricas) ou relativo a uma feminilidade (fraco, passivo, chorão), colocando o feminino em um lugar negativo e de inferioridade. Outros, passam por um processo de marginalização por serem considerados violentos e perigosos, como os homens negros e pobres, que ocupam espaços (cadeias)

controlados pelos homens brancos que detêm o poder institucional (polícia, justiça e prisões) (CONNELL, 2005). No entanto, alguns desses grupos marginalizados e subordinados podem incorporar a reivindicação de poder típica da masculinidade hegemônica regional, exercendo tal hegemonia em uma ordem de funcionamento do gênero, em vez de uma opressão ativa, o que é chamado de masculinidade de protesto (CONNEL E MESSERSCHIMIDT, 2013)

Todo esse sistema é mantido por uma cumplicidade, que nada mais é uma aliança tácita entre os homens ao patriarcado. Apesar de muitos homens não praticarem rigorosamente o padrão hegemônico presente em suas localidades, a maioria se beneficia dos lucros dessa hegemonia, especialmente sobre a subordinação feminina. Dentre esses lucros, podemos citar o prestígio, a honra e o direito de comandar, que podem ser traduzidos pela preferência política de homens no comando de estados e de grandes empresas e a diferença salarial entre homens e mulheres. Assim, esses homens poderão ser pessoas que tratam bem e não exercem dominação explícita sobre suas esposas, mães ou outras mulheres, mas se beneficiam sem escapatória daquilo que esse sistema patriarcal propicia, sendo, portanto, cúmplices (CONNELL, 2005).

Alguns autores destacam que a contemporaneidade é marcada por uma crise da masculinidade. Essa crise acontece pela tentativa de se manter um modelo hegemônico (tradicional) e ao mesmo tempo plural (moderno e mais ligado a um modelo profeminista) de masculinidade e pela impossibilidade de conseguir sustentar essa hegemonia em sua subjetividade, o que gera um mal-estar e um conflito identitário nos homens (SILVA, 2006). Apesar de isso ser sustentado teoricamente em muitos estudos relacionados à psicologia clínica, uma crítica que se faz a esse modelo é que aparentemente poucos homens se reconhecem nessa situação (MEDRADO & LIRA, 2008).

Nolasco (1995) ao falar sobre a construção de um novo homem, ressalta a importância de se abandonar as categorias masculino e feminino, uma vez que elas são insuficientes para se falar de um sujeito contemporâneo e suas contradições e apresentam certa fidelidade a uma crença essencializante. Para ele, a tarefa é muito maior do que homens integrarem em si uma feminilidade dissociada na cultura, mas uma busca pela “sua maneira de estar e ser no mundo, para ampliar suas capacidades de amar e produzir” (NOLASCO, 1995, p. 175)

Outra grande ruptura epistemológica com os postulados da segunda onda veio dos movimentos lésbicos. Uma vez que a matriz feminista anterior era fundamentalmente heterossexista, as mulheres que fugiam dessa norma exprimiam a exclusão por terem uma sexualidade divergente. Assim, o gênero, a sexualidade e a subjetividade, além de pensados de forma universal e relacional também estavam atrelados a uma estrutura binária, o que veio a ser a crítica fundamental dos estudos *queer* (BENTO, 2006).



Essa estrutura binária passa então por uma desconstrução no sentido de haver uma polaridade masculina e feminina. Portanto,

desconstruir a polaridade rígida dos gêneros então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 2003, p. 31-32).

Junto à desconstrução, as questões fundamentais que marcam os estudos *queer* são a inclusão da desnaturalização, do múltiplo, a busca pela legitimidade de sexualidades divergentes e das tecnologias para a produção de sexos verdadeiros. Além de considerar e focar suas análises nas multiplicidades de performance que formavam uma fissura na estabilidade das normas de gênero, esses estudos contribuíram para a retirada de um caráter patológico de experiências identitárias e sexuais até então interpretadas como questões individuais (BENTO, 2006).

De acordo com Judith Butler (2019), uma das maiores expoentes da teoria *queer*, o gênero passa a ser concebido não como uma identidade estável, mas algo que requer uma performance repetida de atos estilizados em um quadro regulatório bastante rígido, que determina algumas formas de gênero e vão se cristalizando no decorrer do tempo dando a ideia de uma substância. Dito de outro modo, mediante a estilização do corpo pela ação pública é constituída uma ilusão de um eu permanente que gesticula, se movimenta e dá contornos ao seu corpo de acordo com determinadas normas de gênero que funcionam em uma estrutura binária. Desse modo, os atributos do gênero são performativos e não essências construídas e autonaturalizadas em corpos masculinos ou femininos.

A estabilidade suposta do gênero só pode denotar uma unidade quando se entende que o sexo exige um gênero (como designação psíquica do eu) e um desejo (sendo o desejo heterossexual). Portanto, uma das bases políticas mais fortes para a manutenção dessa distinção binária entre masculino e feminino é a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada, que funciona na manutenção de uma coerência interna e oposta entre sexo, gênero e desejo e restringe os lugares subversivos de ressignificação dessa unidade (BUTLER, 2003). Todas essas características são “sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista” (BUTLER, 2019, p. 70).

Sara Salih (2019) ressalta que Butler rejeita a distinção feita entre sexo e gênero. Assim, como o gênero, o sexo também é uma construção social e é atribuído no nascimento ou em uma

ultrassonografia, por meio de uma interpelação<sup>6</sup>. Como exemplo, um bebê que a priori seria um ser neutro, passa pela interpelação médica a ser chamado de menino ou menina, o que já lhe confere posições a serem assumidas pelo que é chamado. Isso quer dizer que as partes do corpo (pênis e vagina nesse caso) não estão naturalmente dadas, mas que o sexo é performativamente constituído quando um corpo é interpelado enquanto macho ou fêmea e a linguagem que supostamente atua na descrição desse corpo, passa a constituí-lo. No entanto, as pessoas não vão necessariamente agir de acordo com a forma pela qual são interpeladas respondendo em conformidade a uma lei. É a partir dessa lei que define que podem surgir também as diferentes formas de subversão das categorias fixadas, hegemônicas, heterossexistas, essencializadas e supostamente estáveis de definição de sexo, gênero e sexualidade, produzindo diferentes formas de performance.

Seguindo essa perspectiva *queer*, Guacira Lopes Louro (2003) traz a ideia de que o gênero institui a identidade do sujeito, sendo superior ao mero aprendizado e desempenho de papéis sexuais. Afirma que as diferentes práticas e instituições sociais são constituídas pelos gêneros e também os fabrica. Ela pensa a identidade como algo que é passível de constante transformação e, ao falar sobre a identidade sexual e identidade de gênero, considera que tais identidades são sempre construídas e não são dadas e/ou terminadas em um período da vida (nascimento, infância, adolescência, etc.), de modo a se dizer que tal identidade esteja estabelecida e é imutável. Tais construções e transformações, além de serem histórica e localmente circunscritas, também se articulam com as histórias pessoais, as diversidades étnicas, de classe, entre outras.

Como podemos observar por essas reformulações da terceira onda, o conceito de gênero supera o binarismo em se pensar somente nas categorias homens-mulheres/masculino-feminino, focando em como as construções de masculinidade e feminilidade são fabricadas em articulação com outras diferenças, como a raça, a classe social, a sexualidade, etc. Ainda, é um conceito que invoca a pensar como todas essas diferenças se misturam no corpo de todos os seres humanos, inclusive aquelas que não se deixam classificar de modo linear, binário e cisgênero, sendo esses corpos intersexos, travestis, transexuais ou outras (PISCITELLI, 2009).

É importante destacar, no entanto, que as diferentes propostas nas ondas do feminismo sempre coexistiram. Apesar das teóricas da terceira onda problematizarem a categoria gênero

---

<sup>6</sup> Esse conceito de interpelação Butler extrai de Althusser a partir da obra "Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado", o qual descreve o ato pelo qual uma autoridade chama a atenção de uma pessoa, assumindo assim sua posição ideológica. Um exemplo disso é quando um policial chama alguém na rua dizendo "Ei, você!" e a pessoa se volta a ele, demonstrando que a interpelação de um sujeito em posição de autoridade se dirigiu a ele, que se reconheceu como sujeito dessa ação (SALIH, 2019)

definido a partir do sexo enquanto algo binário e natural, reforçando a ideia de uma essência masculina ou feminina na subjetividade, ainda existem algumas categorias de análise fundamentais e que são articuladas entre si, como a política identitária das mulheres, o conceito de dominação e os modos de produção de conhecimento científico (NARVAZ & KOLLER, 2006).

#### **2.1.4 O Gênero na era digital: pluralidades em diálogo cibernético**

Com o advento da internet e das tecnologias digitais surge uma nova forma de se articular as teorias feministas, inaugurando o que autores contemporâneos chamam de uma quarta onda do feminismo. Essa onda se distingue das outras devido ao seu caráter digital e interseccional, o que traz primordialmente dois avanços em relação às outras. O primeiro deles refere-se à facilidade no compartilhamento de experiências generificadas no dia a dia, o que torna o movimento mais difuso, sutil e cotidiano, sendo muito importante para um trabalho de justiça social na denúncia das desigualdades sociais relacionadas ao gênero. O segundo avanço é a desmistificação de um discurso retórico sobre o empoderamento feminino e equidade de gênero que ocorreu após a terceira onda. Portanto, existe hoje uma união das reivindicações feministas, respeitando-se as particularidades dos sujeitos desenvolvidas na terceira onda, retomando o caráter político de movimentos sociais típicos da segunda onda, que agora são majoritariamente digitais (PRUCHNIEWSKA, 2019).

De fato, essa quarta onda parece trazer um aprofundamento das questões trabalhadas nas demais ondas. Como principais características, Matos (2014) destaca: 1) o aprofundamento e ampliação da concepção de direitos humanos com a inclusão de gênero, cor, raça, sexualidade, classe social, etc.; 2) a ampliação da base de mobilização social e política, que agora adquire um caráter transnacional e global, buscando a superação dos legados históricos do patriarcalismo e do capitalismo, incluindo mulheres urbanas e rurais nas lutas por mais justiça; 3) o reconhecimento e foco no *sidestreaming* feminista, isto é, uma abordagem que reitera a discriminação de gênero e valoriza igualmente o princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, nacionalidade, classe, religião ou idade, incluindo as pautas de mulheres pertencentes a outros feminismos; 4) o foco no *mainstreaming* feminista que destaca o esforço na construção participativa de ações interseccionais, transversais e intersetoriais de retirar das instituições estatais o caráter patriarcal; 5) a forma teórica de se compreender os fenômenos raça, gênero, sexualidade, classe e geração de modo transversal e interseccional, gerando novas formas de se estabelecer estratégias de ação articuladas em conjunto pelo Estado e sociedade

civil; 6) uma outra aproximação entre o pensamento, a teoria e os movimentos feministas, buscando alinhar-se a tradições feministas críticas decoloniais e contemporâneas.

Portanto, não existe uma coesão teórica nessa quarta onda do feminismo, mas algumas pautas são frequentes e ganham relevância a partir das plataformas de redes sociais. Dentre essas pautas estão: cultura do estupro, misoginia online, lipofobia, racismo, o machismo na sociedade e na publicidade, violência doméstica, assédio nos transportes públicos e práticas que visam inferiorizar mulheres no espaço acadêmico e laborativo. Essa nova onda, que tem seu marco inicial localizado em 2012, tem trazido o debate sobre essas pautas por meio de uma tentativa de respeito às diferenças e construção de pontes de diálogos, que pautam a aceitação de que vivemos em uma sociedade com indivíduos plurais e únicos (SILVA, 2019).

A partir desse breve esforço arqueológico podemos perceber que o gênero não deve ser considerado simplesmente como algo dado e de fácil compreensão. Apesar de ser um conceito que não nasce pelo feminismo, ele se populariza por meio desse movimento teórico-político-cultural, especialmente a partir da década de 1970. É um conceito que pode variar muito a depender das bases epistemológicas de quem o formula e do momento histórico e local de onde essa pessoa fala. Como a Gestalt-terapia nasce e se estabelece como uma matriz teórica no mesmo contexto de nascimento das primeiras formulações sobre gênero, é importante pensar se e como esse conceito aparece na vida e obra de seus fundadores para podermos trazê-lo à contemporaneidade.

## **2.2 A Gestalt-terapia: aspectos históricos engendrados**

### **2.2.1 Gestalt-terapia: os gêneros de uma teoria**

A Gestalt-terapia, também batizada de terapia da concentração, terapia do aqui e agora, psicanálise existencial, terapia do contato, entre outras, tem suas contribuições majoritariamente creditadas a Fritz Perls, na década de 1950. Além de ser utilizada em diversas situações terapêuticas, a Gestalt-terapia apresenta-se também como uma forma de se conceber as relações dadas entre ser vivo e mundo, representando também uma filosofia existencial. É uma concepção focada no aqui e agora, que valoriza o direito de cada pessoa de ser diferente e original (GINGER & GINGER, 1995).

A Gestalt-terapia é constituída por uma síntese coerente de correntes filosóficas, metodológicas e terapêuticas da Europa, América e Ásia, fazendo uma interseção entre psicanálise, terapias corporais Reichianas, psicodrama, sonho-desperto, a psicologia da Gestalt, grupos de encontro, abordagens fenomenológica e existencial e filosofias orientais (GINGER & GINGER, 1995). Para se constituir com tantas epistemologias diferentes, contou com

contribuições de pessoas com bases epistemológicas diversas no decurso do seu desenvolvimento.

Como estamos falando sobre gênero neste trabalho, é importante localizarmos que a Gestalt-Terapia, apesar de ser creditada majoritariamente a Fritz, seu principal precursor, teve contribuições massivas e expressivas de pessoas com vivências diferentes. O chamado grupo dos Sete fora formado por Isadore From, Paul Goodman, Paul Weisz, Elliot Shapiro, Sylvester Eastman, Fritz e Laura Perls. Ralph Hefferline foi chamado posteriormente para conferir um caráter acadêmico ao grupo, na qualidade de professor universitário (GINGER & GINGER, 1995; TELLEGEN, 1984). Nesse trabalho, destacarei um pouco a vivência de Laura e Fritz Perls e Paul Goodman, de modo a evidenciar minimamente a história e marcas do gênero em suas existências, teorizações e práticas, já que são reconhecidamente os pilares centrais da Gestalt-terapia.

Laura Perls, esposa de Fritz, sempre esteve presente nas contribuições fundamentais da Gestalt-terapia, possuindo grande comunicação com seu marido, desde os primórdios das formulações desse corpo teórico, quando ainda pensavam em uma proposta às teorias psicanalíticas, que culminou no livro *Ego, Fome e Agressão*, publicado em 1942. A própria Laura salienta que é difícil identificar quem pensou primeiro em qual aspecto da teoria, uma vez que a comunicação entre eles era muito grande (RIBEIRO, 1993; PERLS, 1992).

Apesar de não ser creditada em nenhum livro, é importante reconhecer o trabalho de Laura Perls, que abriu mão da autoria do primeiro livro de Fritz (*Ego, Fome e Agressão*), mesmo tendo contribuído igualmente para seu desenvolvimento, fazendo o mesmo com a co-autoria da pedra angular da Gestalt-Terapia (o livro *Gestalt-Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality*). Como um destino comum às mulheres da época, ela ficou em Nova York, com seus dois filhos sozinha e se tornando a base para as atividades do *New York Institute for Gestalt Therapy*. Como algo permitido entre homens, enquanto Laura se mantinha em casa, Fritz viajava pelo mundo, aprendendo e vivenciando novas práticas e disseminando a Gestalt-terapia, especialmente na costa Oeste dos Estados Unidos (BROWNELL, 2010; PERLS, 1992).

Em termos teóricos e práticos, ela teve uma base bastante sólida de formação enquanto psicoterapeuta, tendo sido bastante influenciada por Paul Tillich e Martin Buber. A sua forma de trabalho na Gestalt-terapia era mais dialógica e paciente, desenvolvendo um equilíbrio entre o contato e o suporte em todo seu trabalho e mentoria (BROWNELL, 2010). Por outro lado, Fritz Perls parecia estar mais interessado em produzir, gerar conteúdos com os seus experimentos do que em nutrir. De acordo com Laura Perls (1992), ele possuía excelentes ideias e intuições, mas não era uma pessoa paciente.

Outra pessoa de grande relevância para a teoria que sustenta a Gestalt-terapia foi Paul Goodman, anarquista e *queer*<sup>7</sup>, ele é citado como elemento fundamental para que a Gestalt-Terapia tivesse uma teoria coerente, sendo o grande responsável pela teoria do *self* (PERLS, 1992; RIBEIRO, 1993). Em um primeiro momento, ele havia sido chamado para sistematizar os manuscritos de Fritz, como um editor. No entanto, ele acabou se tornando coautor do livro, trazendo contribuições da fenomenologia de Husserl e do pragmatismo de Dewey para superar as teses subjetivistas e individualistas da época. Nesse sentido, Goodman ampliou as discussões de Fritz e Laura para além da psicoterapia com a inclusão de temáticas relacionadas à educação e política (BELMINO, 2014).

É interessante perceber a marca das estruturas sociais gendradas na vida de Goodman. Ele confessa que já foi despedido de trabalhos várias vezes devido ao seu comportamento *queer* ou por reivindicar seu direito a ter esse comportamento. Ele destaca que passou muito tempo de sua vida “caçando” amantes, geralmente mais jovens, e que se sentia enciumado de vários deles, especialmente as mulheres. Em uma reflexão sobre a sua existência, compara a vivência da homossexualidade com a dos negros, destacando que essa exclusão permanente de como ele se comporta a partir da sexualidade o inspirou a querer uma humanidade menos estruturada, mais elementar, onde as pessoas estejam atentas umas às outras (GOODMAN, 2012).

É importante pontuar que apesar desse desejo, Goodman era especialmente rude e possuía uma atitude negativa em relação às mulheres. Muitos de seus amigos diziam que ele não gostava das mulheres enquanto pessoas. Ainda, parecia pensar a mulher em termos objetificantes, relatando que a culpa do seu casamento estar arruinado era devido ao fato de sua esposa não estar disponível nos seus momentos de “espontaneidade” (GRASSI, 2020). Apesar disso, Laura Perls, além de ser sua terapeuta, relatava que tinha um bom convívio com ele, com quem havia aprendido muito sobre formas alternativas de viver (PERLS, 1992).

Por fim, Fritz Perls, a quem se considera o principal fundador, com suas intuições geniais e o responsável por disseminar essa nova abordagem, sendo seu criador e porta-voz, apesar de não ter sido propriamente seu teórico. Algumas pessoas descreviam Fritz como uma pessoa narcisista, exibicionista, orgulhosa, impaciente e desorganizada, mas que também possuía uma grande genialidade, intuição, criatividade, inquietação e sede por conhecimento cultural, que o levaram a buscar experiências diversificadas, em locais geográficos diversos,

---

<sup>7</sup> Optou-se aqui pela denominação que o próprio Goodman se dava. Em sua época, esse termo era utilizado como um xingamento às pessoas com orientação ou identidade de gênero diferentes da heterocisnormatividade, significando algo como estranho, esquisito, anormal. Posteriormente, é utilizado como um termo de resistência para traduzir a própria sexualidade por pessoas consideradas *queer*.

com pessoas que ele nunca tinha tido contato anteriormente. Áustria, África do Sul, Estados Unidos, Israel, Japão foram locais visitados por Fritz não somente na busca por novos aprendizados, mas para experimentar formas diferentes e alternativas de se viver (GINGER & GINGER, 1995).

Em sua vivência de sexualidade enquanto homem, há relatos de que ele se envolvia com as mulheres que iam a seus workshops, misturando a relação terapeuta-cliente com uma relação afetivo-sexual (BROWNELL, 2010; SHEPARD, 1975 apud THOMASON, 2016). Ainda, expressava sua sexualidade de forma livre, especialmente para os costumes da época, sendo que ele mesmo se dizia um “perverso polimorfo” e que não tinha relacionamentos extremos e nem se apegava a um casamento com uma pessoa, preferindo os encontros fortuitos ou “lealdades de longa duração” (PERLS, 1979, p. 95). Houve um período em que ele, aos 63 anos, se sentia deprimido e havia descoberto um problema cardíaco, o que o fez abdicar-se das atividades sexuais e ir morar na Flórida, pois não se sentia confortável na sua relação com Laura e na pouca evidência do seu trabalho em Nova York (GINGER & GINGER, 1995).

Após um período em Miami, ele ainda não havia se estabelecido profissionalmente como gostaria, mas conheceu uma jovem cliente, Marty Fromm, descrita como frígida e tímida. Ele a beijou ao final de algumas sessões, mesmo contra a vontade de Marty, mas ambos acabaram se apaixonando, vivendo um romance. Durante esse período, ele continuou sendo o terapeuta dela. Como falamos de lugar de gênero neste trabalho, cabe destacar que nessa época Marty fazia as tarefas domésticas para Fritz, como um lugar destinado ao feminino. Nesse período, ele começou a tomar LSD e outros psicodélicos, o que levaram a um aumento de sua paranoia e ciúme em relação a Marty. Posteriormente, ele passou por uma cirurgia de hemorroidas e outra de próstata em um curto período de tempo, que parece ter comprometido sua função sexual. Todo esse contexto levou Marty a abandoná-lo por um rapaz mais jovem (GINGER & GINGER, 1995).

De acordo com Zanello (2018), a sexualidade e o trabalho são os caminhos privilegiados de subjetivação de homens mantidos pelas tecnologias de gênero, a que ela denominou dispositivo da eficácia. Desse modo, ele deve se manter eficaz no sexo, em uma ideia de que precisa se manter ereto, com muitas parceiras ou disponibilidade para o sexo e, mais recentemente na história, com a pressão de fazer sua parceira gozar como coroamento narcísico do seu próprio desempenho. Também precisa se manter eficaz no trabalho, com destaque e reconhecimento social e financeiro. Além disso, em questões de saúde mental, quando homens estão com problemas em uma esfera, tendem a fazer abuso de álcool e drogas e a hiperinvestir na outra.

Como a questão laborativa não estava bem, infere-se um investimento maior de Fritz na esfera sexual e no uso de psicodélicos, especialmente nesse período de sua vida. No caso de Paul Goodman, Grassi (2020) relata que ele demorou bastante tempo para ter algum reconhecimento na esfera do trabalho e pessoas que estiveram com ele e, até ele mesmo, relatam uma compulsão pela busca de sexo e uso abusivo de álcool.

Esse retorno à história pessoal dos fundadores da Gestalt-terapia é necessário para que possamos pensar na humanidade da nossa teoria, no sentido de que ela foi construída a partir de três vivências de gênero muito distintas. Assim, como uma crítica feminista é sobre a condição heterossexista e masculina das teorias, devido ao fato delas serem pensadas por homens heterossexuais, podemos pensar que a Gestalt-terapia, por essa multiplicidade de gêneros, sexualidades e formas de se olhar para a sociedade que tiveram seus precursores, contém elementos que podem fugir a essa norma para se pensar o ser humano.

### **2.2.2 Escritos e práticas generificadas dos precursores da Gestalt-terapia**

É importante destacar que na época de produção dos escritos clássicos de Gestalt-Terapia, as discussões sobre gênero e sexualidade nem tinham sido colocadas. Na verdade, lembrando que a morte de Fritz Perls foi em 1970 e a de Paul Goodman em 1972, eles nem chegaram a vivenciar as fases que o movimento feminista colocou em evidência o conceito de gênero enquanto construção social<sup>8</sup>, tampouco presenciaram os avanços em relação a despatologização de sexualidades divergentes do modelo heterossexista, que só veio a ocorrer com a terceira onda. Muito pelo contrário, Fritz Perls (1977) faz um relato de cura da homossexualidade de Medard Boss a um cliente, pensando essa forma de sexualidade enquanto perversão. Já Goodman (2012) fala sobre sua sexualidade de um modo patologizante dizendo: “não sei se minha escolha, ou compulsão, de uma vida bissexual me tornou especialmente infeliz ou medianamente infeliz” (GOODMAN, 2012, p. 41). Mas, completa dizendo que os atos homossexuais não fazem mal a ninguém, exceto pela sua infundada proibição que causa dano e despersonaliza o sistema educacional, o que denota uma crítica do autor aos padrões heteronormativos de regulação sexual.

Assim, fazem uma observação a terapeutas que trabalhem com homossexuais, por exemplo, aconselhando que “não tem sentido negar ou denegrir o que o paciente sentiu realmente como lhe pertencendo” (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 228),

---

<sup>8</sup> Embora Goodman parece ter tido contato com alguma obra ou com a própria Simone de Beauvoir, a quem ele descreveu como “didática e ignorante” (GOODMAN, 1966, p. 128 apud GRASSI, 2020).



devendo se concentrar nas situações inacabadas que drenam as energias das possibilidades do presente. Dessa forma, ressaltam

a impossibilidade de “mudar” homossexuais que obtiveram outrora uma satisfação sexual importante, particularmente se eles superaram muitos obstáculos sociais para obtê-la. O método é evidentemente não atacar o ajustamento homossexual, pois este foi consequência do poder integrativo do self; é um contato e uma identificação sentidos e comprovados. O método deve ser trazer à tona o que a personalidade está alienando inconscientemente; aqui o interesse pelo outro sexo, metade dos seres humanos no mundo (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 228).

Nessa direção, eles parecem não colocar a homossexualidade em um sentido patológico, de desvio que deva ser modificado, mas de buscar entender o que a personalidade aliena, ao rejeitar pessoas do outro gênero. Da mesma forma e talvez implícita e despropositadamente, ficaria a relação com a heterossexualidade, que rejeita também a outra metade das pessoas do mundo, restando, talvez, a pansexualidade ou outras formas menos excludentes de desejo sexual como alternativas a essa alienação.

Uma crítica contumaz feita ao trabalho de Goodman, especialmente ao livro *Growing up Absurd* de 1960, é o caráter sexista e reducionista da mulher (GRASSI, 2020). Nessa obra, ele estuda rapazes tidos como delinquentes a partir de uma crítica à sociedade americana no sentido de que ela não oferece condições objetivas e metas significativas para que homens e garotos satisfaçam suas necessidades e utilizem de toda sua capacidade, desfavorecendo que eles criem o seu próprio ambiente e desenvolvam a sua natureza humana. Continua explicando que os rapazes, contrariados com os objetos propícios a esse desenvolvimento em sua juventude, naturalmente encontram ou inventam objetos distorcidos (*deviant*), geralmente estúpidos ou desastrosos, para eles mesmos, sendo isso uma demonstração da capacidade de ajustamento da natureza humana. Já os homens que se conformam com os aspectos da sociedade, tornam-se apáticos, cansados, cínicos e frustrados (GOODMAN, 2011).

A resposta à pergunta sobre o porquê do estudo se concentrar somente nos rapazes é que é problemática e lida pela sociedade atual como sexista, já que seus primeiros leitores, também ligados a uma perspectiva crítica, não ressaltaram ou não perceberam esse aspecto em seu livro (GRASSI, 2020). Assim, Goodman (2011) diz que somente os rapazes precisam responder à pergunta de como ser útil e bem sucedido, complementando que uma garota não “tem que”, dela não é esperado ser bem sucedida. Para ele, a carreira de uma mulher não tem que se autojustificar (*self-justifying*), pois ter filhos já é por si só autojustificável, como qualquer outro ato criativo e natural. Portanto, até que ela se case, não importa qual trabalho ela tenha, a não ser pela lógica de que um trabalho glamuroso possa estar associado a um casamento melhor. Ele ainda destaca que os problemas sociais da juventude são eminentemente masculinos, já que

às mulheres caberia problemas da ordem sexual, que ele chama de “incorrigibilidade” (“*incorrigibility*”) e gravidez fora do casamento. Conclui, dizendo que as questões que discute no livro são interessantes para as mulheres, pois se os meninos não crescerem e se tornarem homens, onde as mulheres vão encontrá-los? E mais, se esses maridos seguirem as normas da sociedade organizada em uma corrida desenfreada pelo dinheiro e poder (*rat race*), não haverá muito desse homem como pai para seus filhos.

Apesar de haver a crítica de ser uma leitura sexista, parece que Goodman faz uma análise bastante profunda da construção da masculinidade na sociedade daquela época. Ainda, de certa forma, os aspectos que ele ressalta da mulher estão de acordo com as formas de subjetivação delas segundo leituras contemporâneas. Zanello (2018), por exemplo, ressalta que o dispositivo amoroso e o dispositivo materno são os caminhos privilegiados institucionalizados às mulheres. Em linhas gerais, pelo primeiro dispositivo é entendido que elas “se subjetivam em uma relação consigo mesmas mediada pelo olhar de um homem que as valide ou as escolhas” (ZANELLO, 2018, p. 269), o que também gera uma rivalidade com outras mulheres por uma querer se destacar mais que as outras e ser a escolhida. O segundo trata de um entendimento social surgido a partir do século XVIII de que o sentimento materno é algo natural, essencializando, desde então, a capacidade de cuidar com a presença de um útero no corpo.

Grassi (2020) ressalta que apesar das polêmicas envolvendo as construções em *Growing up Absurd*, as formulações de Goodman em outras obras podem ser consideradas para uma pedagogia feminista *queer*. Dessa forma, aspectos como a defesa de uma liberdade sexual, a tendência ao pacifismo e à não violência são importantes para se pensar no respeito às diferenças de forma geral. Pedagogicamente, o entendimento de Goodman de que a aprendizagem é uma experiência de vida, de contato, de toque e de amor, ajuda a pensar em maneiras alternativas de se viver e de educar.

A controvérsia sobre sexismo e misoginia também recai sobre o trabalho de Perls, mas de uma maneira que hoje seria lida como violenta, antiética e extremamente abusiva. Em sua própria autobiografia, ele descreve um caso em que foi chamado a um grupo de pessoas para acalmar uma moça que estava atacando fisicamente a outras pessoas. Quando ele entrou na sala, ela o atacou e ele bateu nela de volta tantas vezes, até que ela ficasse caída no chão e, nesse momento, ele lhe disse “Já bati mais do que em uma cadela na minha vida” (PERLS, 1979, p. 93), posteriormente ela se levantou e o abraçou dizendo que o amava. Ele conclui que ela conseguiu o que passara a vida inteira pedindo (apanhar) e que milhares de mulheres atormentam, atijam e irritam seus maridos e nunca levam uma surra, sugerindo que elas estão pedindo apanhar.

Da mesma forma que relata que já bateu em mais de uma mulher em sua vida, o que é confirmado também em uma sessão com a atriz Natalie Wood, que leva um tapa em sua bunda e é chamada de mimada (KRIPAL, 2007 apud THOMASON, 2016), ele também parecia assediar suas clientes. Em um de seus relatos, disse que quando uma cliente estava triste e ele a confortava, na medida que ela se acalmava e o apertava, seus afagos deslizavam pelos seios e quadris dela, parecendo resultar em ato sexual ao final (PERLS, 1979).

Por outro lado, Laura Perls, em um texto de 1949 denominado *Notes on the Mythology of Suffering and Sex* (PERLS, 1992) faz uma analogia do desenvolvimento humano com o mito bíblico de Adão e Eva, no qual explora alguns aspectos dos papéis de homens e mulheres. Nesse texto, ela especifica como o ato sexual se tornou um bode expiatório para a culpa do Homem<sup>9</sup> em ter sido expulso do paraíso. Por um lado, a culpabilização do sexo garantiu ao Homem o desenvolvimento de sua curiosidade, interesse e iniciativa em direção ao desenvolvimento humano, exceto na esfera do sexo. Por outro lado, foi também responsável pela maior ruptura nas relações humanas. Por essa ruptura entende que enquanto para o Homem restou a orientação e manipulação do mundo, criatividade e ser semelhante a Deus, à Mulher ficou relegado o peso de estar atrás das correntes da reprodução e criação dos filhos, estando ligada ao sexo, ou seja, ao pecado. Laura completa essa dissociação entre homens e mulheres falando que a Mulher é tida culturalmente como a tentação, sendo desprezível e misteriosa (na realidade é o Homem que não quer conhecê-la) e só se redime por ser aquela que vai gerar os filhos que se tornarão homens e justificarão a existência dela. Já se tiver filhas, elas serão toleradas apenas como potenciais transportadoras de filhos do sexo masculino.

Enquanto o Homem consegue aliviar sua culpa pelo suor do trabalho, pela sua imaginação criativa que muda o mundo e a ele mesmo, tornando-o mais justo, correto, bom, competente, etc. nada alivia o fardo da Mulher de ser relegada a uma criatividade animal, sem imaginação. Ela diz que até a chegada da eletricidade e do controle de natalidade, as demandas por domesticidade permaneceram as mesmas por vários séculos, não deixando espaço para a emergência de uma imaginação criativa. A Mulher, então, permaneceu tendo que lidar com as consequências do pecado dentro do confinamento da domesticidade, desprezando a si mesma e invejando o macho (*male*) (PERLS, 1992).

---

<sup>9</sup> No texto original ela utiliza as palavras *Man* e *Woman* com a primeira letra das palavras maiúsculas, provavelmente como referência ao primeiro homem e a mulher descritos na Bíblia e que são os modelos para homens e mulheres no ocidente. Por isso, optou-se pela manutenção dessa maiúsculização nessa parte deste texto.

Ela continua e finaliza essa parte criticando o conceito psicanalítico de inveja do pênis, dizendo que essa inveja não está relacionada a uma suposta supremacia sexual do Homem, mas, se ela existe, seria mais um resultado da obsessão que produziu os sentimentos de culpa em relação ao sexo. O pênis, portanto, diz respeito a tudo o que não é sexual, isto é, ao desenvolvimento do Homem enquanto indivíduo, sua natureza única e sua independência em comparação à Mulher (PERLS, 1992).

Em relação à prática clínica, Laura parece ser bem mais moderada e consciente com seus clientes também. Um exemplo de como tratava gênero pode ser percebido pelo relato de uma cliente negra, chamada Cláudia, que se julgava uma mulher emancipada, mas achava que não era boa o suficiente. Ela reclamava não conseguir vestir roupas femininas e tinha pavor em ir a festas com vestidos enfeitados. Ela não tinha uma vida sexual ativa, mas dizia ser vagamente atraída por homens e mulheres. Nos atendimentos, a cliente parecia tentar manipular Laura no papel de submissão e desprezo que sua mãe desempenhava, porque se identificava com o seu pai autoritário. Assim, ela evitava fazer contato e uma das coisas que a impedia disso era uma fantasia de superioridade masculina contra a realidade de sua feminilidade, que foram trazidos como figura para possibilitar a *awareness*. No desenvolver das sessões, ela foi ficando mais consciente de si, observando sua identificação com a figura paterna e modificando suas expressões corporais, deixando-as mais fluidas. Ela chegou em uma fase homossexual intensa e com treinos regulares de tênis, mas ainda possuía um conceito negativo de feminilidade e uma rigidez na região pélvica. Ao longo dos meses, Cláudia foi aprendendo a discriminar e digerir melhor tanto os alimentos quanto as informações e princípios de vida que a lotaram (*fed up*), adquirindo maior flexibilidade na região pélvica e aceitando melhor suas possibilidades enquanto mulher. Ela foi ficando mais interessada em relações heterossexuais, apesar de não se sentir confiante e achar que necessitava de mais técnicas femininas. Sua aparência também foi se modificando e ela conseguiu encontrar seu próprio estilo de roupas, que eram femininas de uma maneira esportiva, sem enfeites. Ela saiu da casa da mãe e, ao final, tornou-se aquilo que ela própria imaginava ser no começo da terapia, mas que na verdade ainda queria ser: uma mulher emancipada (PERLS, 1992).

A partir das histórias contadas e do legado deixado, pode-se perceber que uma discussão sobre gênero não pareceu ser uma preocupação fundamental para os teóricos homens que iniciaram a Gestalt-terapia. Muito pelo contrário, algumas vezes suas falas e comportamentos foram utilizados no sentido de reforçar o patriarcado e a condição subordinada da mulher, particularmente por Fritz Perls e Paul Goodman. Apesar desses relatos, é importante que não reduzamos nossos autores a esses comportamentos, obviamente há casos em que trataram

mulheres com cuidado e consideração próprios da Gestalt-terapia, mas que por não terem abordado especificamente uma relação de gênero, foram deixados de lado neste trabalho. Outro aspecto que cabe mencionar em relação aos estudos de gênero é que ambos os homens vivenciavam a sexualidade de uma forma ampla, buscando explorar ao máximo esse aspecto e lutavam por uma sociedade sem amarras sexuais.

Já Laura parecia pensar nas relações de gênero de modo diferente já que, surpreendentemente, escreveu um texto denunciando a condição subordinada da mulher no mesmo ano de lançamento do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. Ademais, parecia possuir em sua prática, uma escuta mais comprometida com o crescimento da pessoa, sem o objetivo de corrigir e reforçar opressões de gênero, mas de buscar uma harmonia da pessoa consigo mesma, com o mundo e com os outros. No entanto, não foram encontrados relatos sobre a forma como ela lidava com a própria sexualidade.

A forma de se relacionar com o gênero não é a única marca da diferença entre os autores da Gestalt-terapia. Na verdade, de acordo com Robine (2005), existe um tensionamento dialético entre modernidade e a pós-modernidade, especialmente na obra inaugural da Gestalt-terapia. Assim, uma ênfase no conceito de *self* pautada em suas estruturas parciais, com uma tendência individualista e que confunde esse conceito com um pensamento intrapsíquico e ligado a uma psicopatologia estaria em consonância com o paradigma moderno, que possui primazia na individualidade. De modo diferente, quando conceituam o *self* como um sistema de contatos e desenvolvem a noção de campo como organismo e ambiente, pensando que o “*self* indica os movimentos internos do campo, movimentos de integração e diferenciação, de unificação e de individuação, de ação e de transformação (ROBINE, 2005, p. 108) aproximam-se da perspectiva pós-moderna com primado da alteridade e da relação.

Robine (2005) assinala que, no decorrer de sua existência, Fritz Perls desenvolveu mais a perspectiva moderna da Gestalt-terapia, observada em sua noção de autossuporte em oposição a de suporte ambiental, nesse entendimento tem-se uma oposição entre *self* e ambiente, encorajando o desenvolvimento de um suporte às capacidades e recursos do indivíduo. Em uma leitura de *self* dessa forma, as psicopatologias estariam ligadas à capacidade da pessoa estar em contato com sua identidade no nível mais profundo.

Já Goodman levou adiante um legado alinhado com perspectivas pós-modernas, encorajando a descoberta do suporte no contato com o campo, em que

o foco é na evolução dos contextos e uma preocupação em pôr em perspectiva vai substituir a fascinação com a história pessoal, o como as mudanças podem ocorrer vai predominar sobre o porquê das significações descobertas. Nesta perspectiva, nós somos o produto do contexto de nossas conversações e dos significados que fazemos derivar socialmente disto. E, como nossas conversações estão constantemente

mudando, nossos *selves* estão em perpétuo movimento e terminam tão múltiplos quanto nossas situações (ROBINE, 2005, p. 111-112).

É importante destacar que essa oscilação entre moderno e pós-moderno é entendida como uma característica da época e, definitivamente, eles deram um passo grande a frente do discurso predominante no seu tempo e contexto, massivamente moderno (ROBINE, 2005). De forma semelhante, pudemos ver pelas teorizações nas ciências humanas e no movimento feminista sobre o gênero que esse conceito também passou de enfoque mais subjetivista e essencialista para outro mais relacional, ligado às concepções pós-estruturalistas.

Robine (2005) nos convoca a superar as posições que não ficaram claras ou coerentes no trabalho desenvolvido por Fritz Perls e Paul Goodman, por meio da utilização de ferramentas contemporâneas de análise. Dessa forma, como o gênero também é um ponto pouco desenvolvido na abordagem gestáltica pelos seus autores precursores, resta-nos buscar como os autores contemporâneos têm tensionado as conceituações de gênero a partir do referencial teórico-prático da Gestalt-terapia.

### **2.3 Gestalt e gênero na contemporaneidade: entendimentos possíveis**

Para identificar aspectos teóricos e práticos da Gestalt-terapia que têm sido relacionados ao gênero foi feita uma extensa busca nos indexadores e em revistas especializadas em publicações da abordagem gestáltica. Alguns autores destacam a dificuldade em encontrar artigos nacionais (SANTANA & BELMINO, 2017; QUINHONHES, CID & TRENTO, 2019) e internacionais (JOHNSON, 2014) que façam essa articulação. De fato, a literatura encontrada é esparsa, publicada majoritariamente em periódicos de baixo a médio alcance e livros-coletânea.

Johnson (2014) ressalta que Gestalt-terapeutas deveriam estar na linha de frente em uma construção inovadora para o entendimento e trabalho com gênero, já que trabalham com a experiência. As habilidades desses profissionais deveriam dar conta de trazer uma expressão autêntica do *self* por meio de uma exploração criativa de como o gênero é experienciado no corpo e na relação, em vez de se pautar em ideias normatizadas sobre o sexo e o psíquico.

Apesar dessa dificuldade, conseguimos encontrar algumas compreensões possíveis na aproximação de conceitos gestálticos com gênero. Como é um campo relativamente recente no Brasil – sendo identificada a primeira publicação em 2005, a partir do livro *Gestalt e Gênero* de Lílian Meyer Frazão e Sérgio Lízias C. de O. Rocha – é uma articulação em constante atualização, com diferentes interpretações, relações conceituais e objetos de análise. Em relação a esses objetos generificados, optou-se nesse estudo por concentrar-se em trabalhos que

tratavam o gênero, quando não aparecia de forma “neutra”, interseccionado com sexualidade e raça, que dizem respeito aos atravessamentos mais comuns do conceito explicitados na terceira onda do feminismo, que desdobraram na contemporaneidade. A geração e a classe apesar de também serem intersecções comuns, não apareceram em nenhum estudo encontrado. Também não foram incluídos estudos que tratavam de transtornos psiquiátricos generificados (como transtornos alimentares, ligados à mulher), de situações específicas (como violência doméstica) e nem de papéis exercidos socialmente em função do gênero (relações conjugais/afetivas e relações parentais), por se configurarem um campo deveras amplo e exigirem uma atenção específica de estudo.

### **2.3.1 Gênero não interseccionado e suas interlocuções com a Gestalt-terapia**

Uma aproximação muito comum, especialmente nos artigos do livro *Gestalt e Gênero*, foi a compreensão do gênero como polaridades. Nesse sentido, Frazão (2005) retoma a filosofia chinesa, uma das bases epistemológicas da Gestalt-terapia, para falar da importância que tem de homens e mulheres integrarem as suas polaridades masculinas e femininas (princípios de *yin* e *yang*), ressaltando que ambos possuem características dos dois gêneros, sendo predominantes as femininas nas mulheres e as masculinas nos homens e que o equilíbrio desses dois aspectos constitutivos do ser, respeitadas essas predominâncias, resulta em uma harmonia, ampliação da capacidade própria e do poder pessoal.

Em uma leitura do movimento feminista, Frazão (2005) ressalta a importância desses movimentos na ampliação de possibilidades de vivência da mulher – antes restrita ao casamento e à criação de filhos -, mas destaca que houve um problema relacionado à desvalorização, por parte de algumas mulheres, de aspectos considerados femininos, com uma hipervalorização de características masculinas, como desenvolvimento intelectual, independência econômica e sucesso profissional. Salienta que mulheres e homens são diferentes por natureza, o que implica em diferenças no seu modo de ser e que ficou confuso para algumas mulheres discriminarem a igualdade de direitos com a igualdade de natureza. Assim, ao tentar suprimir essas diferenças naturais, em vez de terem uma facilitação na comunicação e na compreensão mútua, foram criadas mais dificuldades. Ela destaca que homens e mulheres pertencem a gêneros diferentes e que isso independe da sexualidade, já que eles continuam sendo “homens e mulheres, independentemente de suas escolhas e preferências sexuais” (FRAZÃO, 2005, p. 28). Finaliza reforçando que é importante a integração que homens e mulheres façam do masculino e feminino, sem abrir mão das diferenças que são enriquecedoras.

Nessa mesma linha de raciocínio em relação ao feminismo, Souto (2005) faz uma crítica, principalmente às mulheres da contemporaneidade, que valorizam os aspectos masculinos de competitividade, poder e objetividade e colocam os aspectos femininos de receptividade, intuição e cooperação como se fossem de segunda categoria, inclusive julgando homens que possuem aspectos lidos como mais femininos. Assim, em uma outra aproximação com a Gestalt-terapia, ela enfatiza que se não houver contato de boa qualidade com o feminino, não haverá com o masculino, já que ser uma pessoa inteira e ter uma personalidade integrada, não tem a ver com substituir um polo pelo outro. Ela retoma também que o crescimento e desenvolvimento na teoria gestáltica dizem respeito a “uma ampliação, via *awareness*, do contato com aspectos alienados do si-mesmo e no processo (muitas vezes doloroso) de incluí-los e aceitá-los como partes integrantes da pessoa” (SOUTO, 2005, p. 165).

Ao analisar somente os homens, Oddone (2005) parece ir parcialmente ao encontro do que foi postulado por Frazão (2005) e Souto (2005), colocando que as mulheres foram se atualizando e desenvolvendo-se, sendo estimuladas e ganhando espaço devido à propagação dos movimentos feministas e pela insegurança dos homens em seus papéis tradicionais. Já os homens continuam apresentando uma negação de sentimentos de fragilidade, medo e angústia para manterem sua imagem de forte, seguro, frio, corajoso, provedor, agressivo e bem sucedido, ocultando todas as suas aflições e pressões sociais que sofrem. Ele cita que todas essas experiências decorrem do estabelecimento da cultura árabe na península ibérica por volta do ano 1000, que determinou as diretrizes do como e do para que ser homem. Nesse sentido, ele retoma o conceito gestáltico de atualização, dizendo ser preciso desconstruir os próprios comportamentos e essas diretrizes para que possamos reconstruir holisticamente nossas identidades de homens e mulheres. Ele completa dizendo que é uma tarefa difícil, na medida em que a cultura reforça o padrão binário para cada um dos papéis que vivemos e conclui que o caminho é a integração entre o feminino e o masculino em cada um de nós.

É interessante observar como a nossa herança cultural é abordada ao se tratar de gênero. Assim como Oddone (2005) fala sobre as culturas árabes, Souto (2005) ressalta que nas mitologias judaico-cristãs, gregas, persas, indígenas americanas e até na biologia e na Psicologia de base junguiana encontram-se aspectos que dão conta de uma androginia na constituição do ser humano. Ou seja, temos em nossa personalidade aspectos femininos (*gynos*) e masculinos (*andro*).

A partir dessa leitura, a autora também retoma o conceito de polaridades na Gestalt-terapia, assim como Oddone (2005) e Frazão (2005), e descreve “saúde como a possibilidade de trânsito entre os polos e **SELF** (*destaque da autora*) como o organizador, o integrador de



elementos em oposição” (SOUTO, 2005, p. 162). Assim, afirma que nossa vida psíquica não é homogênea, mas que possuímos uma oposição dentro da totalidade que constitui o nosso ser. Nesse sentido, pode ser uma tarefa da vida de uma pessoa conseguir realizar a união entre esses opostos, devendo saber como e quando uma figura deverá emergir de um dos polos, mantendo o outro polo enquanto fundo, vivendo essa situação como escolha e não como submissão a algo inevitável. Como proposta final, a autora faz o convite para que sejamos andróginos e construamos uma sociedade igualmente andrógina, escrevendo que se todos os seres humanos tiverem *awareness* de seus aspectos masculinos e femininos, tentando mantê-los integrados e em interação e mantendo-se abertos para a alteridade em si, poderemos ter trocas mais significativas e vivências intersubjetivas mais enriquecedoras e fluidas.

Em uma outra leitura sobre a aproximação do gênero com a noção de polaridades, Nogueira (2020), ao tecer reflexões sobre o homem contemporâneo, denuncia que a experiência de gênero e entre os gêneros na masculinidade é um importante constituinte do campo psicológico, que também está presente na relação em psicoterapia. Essa marca de gênero determina e estimula que homens e mulheres se comportem de maneira estereotipada no campo organismo-ambiente desde o nascimento e se perpetuam por toda a vida, sendo marcadores da expressão do *self*. Ele busca o conceito de polaridades em Gestalt-terapia, dizendo que elas são facetas, não necessariamente opostas, mas que formam contraposições entre as sensações e experiências da pessoa que iluminam e amplificam os polos entre si, delineando seus limites, sentidos e concretude. Descreve que a ideia de masculinidade é marcada por uma forte presença de heroísmo, para prover e defender a comunidade a que pertence, deixando de lado a percepção de suas necessidades e emoções, o que culmina na ausência de busca por cuidados ou abandono precoce de tratamentos. Com isso, coloca que a masculinidade é uma faceta presente em qualquer ser humano e destaca que no seu polo oposto, a pessoa tende à aversão ao risco, a uma excessiva autoproteção e evitação ou hipotrofia de sua liderança, tomada de decisão, entre outros aspectos. Localiza que no homem essa masculinidade pode aparecer de maneira exagerada e estereotipada, como em um comportamento de uso exagerado de álcool, da tendência a se colocar em situações de risco, entre outras.

Rocha (2005) também trabalha na perspectiva de se pensar em polaridades, mas aparentemente de uma maneira mais diversa. De fato, ele demonstra analisar o gênero sob uma ótica mais plural no decorrer do seu texto. Assim, ele diz que a Gestalt-terapia pode ser uma proposta válida, na medida em que é comprometida com a desconstrução de pensamentos que se articulam de forma binária. Ele evidencia que esse compromisso é percebido em toda obra de Fritz Perls e Paul Goodman, que tinham a preocupação em buscar uma linguagem que

superasse o pensamento dicotômico, como sujeito-objeto, natureza-cultura. Ampliando esse entendimento, define que o arcabouço conceitual gestáltico está “contra as mais diversas formas de divisões neuróticas, e aqui, mais especificamente, a separação entre homem e mulher, feminino e masculino” (ROCHA, 2005, p. 209). Conclui que uma vez que o organismo humano necessita de diversidade para crescer e permanecer no ambiente mediante a integração de polaridades e a formação e destruição de *gestalten*, várias possibilidades de masculinidades e feminilidades gerarão comportamentos de gênero diversos. Para esse exercício, ele retoma autoras da teoria *queer*, ressaltando a importância de se desconstruir as lógicas binárias que determinam os gêneros na sociedade.

De fato, se olharmos as conceituações da terceira onda, em que os estudos *queer* emergem, e a Gestalt-terapia, são percebidos alguns paralelos possíveis. O primeiro deles vem da tradição da Gestalt-terapia com o Humanismo, que assim como as teorias feministas, vai contra uma naturalização de normas que limitam a potência criadora do ser humano. Outras aproximações possíveis entre a Gestalt-terapia e a epistemologia feminista são: ambas consideram o ser humano como um ser de relação; ambas denunciam as diretrizes e padrões sociais que buscam normatizar os padrões de comportamento mediante a domesticação das potencialidades humanas e a manutenção das relações de dominação; seguindo essa linha de raciocínio, ambas lutam contra um mundo preestabelecido ao qual devemos nos adaptar. Para justificar isso, percebe-se em alguns textos de Fritz Perls (1977 apud GALHARDO & PEREIRA, 2015) em que ele critica o “deveria” (*shouldism*) como um sistema de valores e ideias preconcebidas que agem produzindo respostas fixas no sujeito e inibe o seu potencial criativo inato. Como alternativa, portanto, é importante o questionamento sobre os vários deverias (*shouldism*) que permeiam a ideia do que é ser homem e ser mulher (GALHARDO & PEREIRA, 2015).

Uma outra forma de superar a noção de binarismo é pensar em novas configurações femininas e masculinas que buscam uma acomodação na sociedade. A partir da psicologia da Gestalt temos o conceito de *Gestaltqualitaten*, que diz que a qualidade da forma não é a mesma a partir do momento que se relaciona com outros fenômenos, tornando-se um fenômeno diferente, que é composto por outros elementos e acrescido de uma nova percepção. Para o exame dessa nova percepção, a fenomenologia seria o método privilegiado, de forma a se descrever como os fenômenos de gênero aparecem na consciência (ROCHA, 2005).

Portanto, como a fenomenologia é o método da Gestalt-terapia, ela consegue trabalhar com as figuras de gênero que emergem na consciência do sujeito e que decorrem da relação organismo e ambiente em sua fronteira de contato. Assim, a fenomenologia consegue colocar

entre parênteses e compreender como os meios sociais e culturais aparecem na consciência produzindo fenômenos engendrados. Como tarefa fundamental para se chegar a isso, é importante combater aquilo que Husserl denomina “atitude natural”, recusando a tendência do senso comum de relacionar o gênero com uma natureza e desvelando as estruturas socioculturais que determinam a construção desses comportamentos generificados (ROCHA, 2005).

O conceito de campo de Lewin, que estabelece que determinado comportamento está relacionado a um determinado campo e realidade em que ocorre, ajuda-nos a entender que não é possível “compreender o gênero olhando apenas a pessoa sem observar o papel da cultura (do campo) na construção de masculinidades e feminilidades” (ROCHA, 2005, p. 215). Assim, é no campo que surgem as *gestalten* de gênero, sendo a cultura, portanto, um lugar privilegiado para a emergência de diversas formas de gênero. Pensando-se na ideia da relação de figura e fundo, em que esse empresta suas potencialidades para que aquela apareça, pode-se relacionar que os acontecimentos socioculturais (fundo) trarão diversos tipos de consciência e disputas (figura) nas relações de gênero. Portanto, a compreensão do campo de determinado momento é necessária para entender a presença ou ausência de elementos ligados a algum comportamento generificado (ROCHA, 2005).

Em relação às formas como os gêneros são vivenciados pela criança, entende-se que desde pequena já realiza seus ajustamentos criativos para lidar com uma situação inacabada entre o campo e suas próprias necessidades, concentrando-se em algum comportamento de gênero e que isso culmina, posteriormente, nas formas de ser e se sentir homem e mulher. Assim, as construções relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual não estão totalmente no indivíduo e nem no ambiente, mas no campo organismo/ambiente (ROCHA, 2005).

Em uma relação do gênero com o existencialismo, uma das âncoras da Gestalt-terapia, concebe-se, a partir desse marco teórico, que o ser humano seja visto como existência, não existindo enquanto um ser pré-definido possuidor de uma essência. Portanto, a maneira pela qual as pessoas vivem suas identidades de gênero é existencial, o que denota que o “signo da escolha está presente ao ajustar-se criativamente na fronteira entre suas próprias necessidades e o que o ambiente oferece” (ROCHA, 2005, p. 222).

Outra influência teórica-epistemológica que nos ajuda a compreender a relação entre homem e mulher é perspectiva de encontro através da diferença proposta pela psicoterapia dialógica Buber (1979 apud ROCHA, 2005) na relação Eu-Tu. Assim, a dialética entre alteridade (tu) e subjetividade (eu) é fundamental na questão de gênero, tanto na relação da

pessoa consigo mesma quanto na relação com as outras pessoas, ou seja, as “masculinidades e feminilidades reinam no *self* como possibilidades subjetivas e acontecem de forma concreta, porquanto situadas no corpo de algum homem e de alguma mulher” (ROCHA, 2005, p. 223). Para que haja encontro entre o homem e a mulher, ambos deverão lançar mão de sua própria diferença para entrar em contato com a diferença do outro, o que propiciará encontros mais íntimos, que transformarão e nutrirão existencialmente as entidades em contato, fazendo uma integração das partes alienadas do *self* (ROCHA, 2005).

Em relação a esse conceito de *self*, Rocha (2005), seguindo a concepção clássica da Gestalt-terapia, entende esse como um processo e não como um núcleo de identidade fixa ou uma instância psíquica, mas como uma função de contato que é aberta a vários possíveis. Daí decorre que um dos aspectos dessa multiplicidade que o *self* assume é a permissão da pessoa em ser o que ela puder e quiser a cada momento de sua existência. Portanto, em cada um dos gêneros existe um *self* com diversas possibilidades de vivência, o que sugere que uma articulação de aspectos masculinos e femininos produz um modo atual e enriquecedor de ser-no-mundo.

Muitas vezes, o que impede essa articulação são as resistências da sociedade que reprime os corpos limitando ou impedindo as possibilidades desse *self*. Esse mecanismo faz com que as masculinidades e feminilidades sejam controladas tanto externamente como internamente. Ele ressalta que o “corpo é o lugar da consciência de se possuir um tipo de *self*-histórico-generificado, onde as possibilidades do momento fazem ressurgir não um *self*, mas vários *selves* em relação” (ROCHA, 2005, p. 235), ou seja, o conceito de gênero pode não ser suficiente para dizer do que uma pessoa está experimentando enquanto homem ou mulher, sendo preciso se ater ao aqui-agora desse corpo em movimento (ROCHA, 2005).

Em relação à masculinidade, como explicitado acima, Nogueira (2020) trabalha com a noção de masculinidade marcada por um comportamento heroico, que deixa de lado seus afetos. Ele faz um paralelo dessa atitude heroica com o conceito de agressão de Fritz Perls (2002 apud NOGUEIRA, 2020), dizendo que essa é uma força de ação do indivíduo no ambiente para se manter nutrido, confiando em recursos próprios rumo ao desconhecido, sendo uma capacidade eminentemente humana. O grande problema é a dificuldade com os afetos e de aceitar cuidado. Com essa questão, o autor relaciona ao mecanismo de interrupção de contato denominado deflexão, em que o organismo retira a energia do contato com o ambiente esquivando-se de emoções e sensações em relação às quais não sente que possui autossuporte. Portanto, a masculinidade protege-se de sua fragilidade e externaliza seus feitos e conquistas ou analisa os elementos externos de forma mecanicista e afetivamente distante, sem integrar seus afetos à sua

experiência. Além da deflexão, a masculinidade também aparece nos comportamentos que foram introjetados na experiência social da pessoa. De acordo com Ribeiro (2019), na introjeção a pessoa obedece e aceita normas e valores dos outros engolindo aquilo que lhe é colocado, temendo a mudança e preferindo a rotina.

No que tange à sexualidade feminina, que parece ser um aspecto pouco abordado pelas mulheres em terapia, pode ser feito um paralelo entre fatores que interferem nesse aspecto e a relação figura e fundo. O cuidado com a família, a educação dos filhos e a preocupação com o trabalho podem influenciar a sexualidade e nela interferirem. Essas mulheres elegem uma necessidade (figura) que se torna uma tarefa sobre a qual elas deverão agir. Ao adotar todas as outras coisas como figura, muitas vezes porque elas traduzem o que é esperado do feminino na cultura, algumas mulheres relatam que não sobra muito espaço para que a vivência sexual assuma essa posição de emergência (MÖLLER & ANDRADE, 2011).

Em nossa sociedade, a vivência da sexualidade feminina é marcada, em seu início, por uma idealização da primeira experiência sexual, mas que acontece muitas vezes de formas que elas não esperavam. Isso quer dizer que, na sociedade, a sexualidade feminina relaciona amor ao sexo, o que é diferente na experiência masculina que deve ser ativa e sem a presença de afeto. Em Gestalt-terapia, é importante pensar que o organismo se autorregula em um mundo e com base nesse – não sozinho e de forma apartada de um meio – o que nos ajuda a entender que algumas experiências femininas negativas decorrem de um ambiente que não estava de acordo com o que idealizava (MÖLLER & ANDRADE, 2011). Enquanto a sexualidade masculina é controlada pela satisfação das suas fantasias e necessidades, a realização dos desejos femininos é impedida pelo controle e o medo colocado pelos fatores sociais que anulam a sexualidade da mulher e dificultam a sua entrega à experiência sexual e, conseqüentemente, resultam na dificuldade ao orgasmo. Muitas vezes a retração sexual pode estar ligada ao medo de entrar em contato. Já a voracidade sexual pode se relacionar ao preenchimento de uma falta, no qual a pessoa engole por inteiro. Em ambas as situações, predomina a ausência de confiança e entrega ao outro (MALTA & HORTA, 2019).

### **2.3.1.1 A escuta clínica considerando gêneros**

A escuta em Gestalt-terapia também converge com a epistemologia feminista, na medida em que ambos buscam a desconstrução de um discurso que uniformiza o comportamento e as atividades profissionais. Assim, o gestalt-terapeuta tem autonomia para exercitar sua criatividade no processo de escuta, desvinculando-se de determinada técnica e de

discursos normatizantes, que poderiam tornar essa escuta fixa, rígida e imutável (GALHARDO & PEREIRA, 2015).

De fato, alguns autores (ODDONE, 2005; NOGUEIRA, 2020) ressaltam a dificuldade de homens em compartilhar suas formas de ser no mundo. É importante que haja um compartilhamento dos homens sobre suas experiências particulares, pois ao descrever a sua própria vivência, eles a tornam comunitária e universal, deixando-se experienciar a “fronteira dos homens, que por ser insegura, ainda aparece pintada com cores masculinas muito fortes” (ODDONE, 2005, p. 89). É fundamental que esses homens interajam com os pares ou em grupos mistos que são espaços ricos para que eles percebam as diferenças e semelhanças com outros homens, conscientizem-se de suas próprias necessidades e superem a tendência a isolar-se emocionalmente, já que o que é visto como único e comum pode servir para a demarcação de uma fronteira móvel (ODDONE, 2005).

As experiências de masculinidade como um heroísmo desvestido de afetividade podem aparecer na clínica como um somatizador, ou seja, “como dores crônicas e inespecíficas, numa longa jornada de energização da necessidade desprendida de sua sensação” (NOGUEIRA, 2020, p. 179). Podem mostrar-se também em uma alexitimia<sup>10</sup> da masculinidade, na qual é impedida de sua experiência com a necessidade e a sensação, exigindo que o indivíduo tenha que fazer uma reedição cuidadosa e paciente com seus afetos. A diferença maior entre essas duas manifestações é que a dor atrairá a pessoa para o tratamento como forma de alívio, já a alexitimia o manterá afastado, pois está ligada à manutenção da identidade masculina e, ao mesmo tempo, à obrigatoriedade em não se reconhecer os afetos e necessidades, traduzidos em demonstração de fraqueza e dos sentimentos (NOGUEIRA, 2005)

Especialmente no caso da masculinidade que aparece como alexitimia, é importante que o terapeuta tenha cuidado com esse paciente, já que “o contato com os afetos pode ser o mesmo que a desintegração, o desaparecimento, a perda de uma essência central do ser” (NOGUEIRA, 2005, p. 179). Assim, além de esperar que a pessoa chegue no ponto para falar sobre seus afetos, é pertinente que o terapeuta também se dê conta da presença dessa força que impede o contato e facilita a desistência do processo de psicoterapia, de modo que esse problema perca sua força ao ser colocado em evidência (NOGUEIRA, 2005).

Em relação às mulheres, Luczinski et al. (2019) fazem algumas considerações baseadas na abordagem gestáltica sobre o empoderamento feminino em psicoterapia. Elas percebem, a partir de sua clínica, que as mulheres atendidas (brancas e heterossexuais) compartilhavam

---

<sup>10</sup> Alexitimia é a dificuldade em descrever ou ser consciente sobre emoções ou humores.

experiências semelhantes, expressando necessidades defendidas pelos movimentos feministas e também discursos que iam de acordo com a naturalização da cultura machista. As mulheres que estavam na clínica assumiam múltiplas funções – mãe, esposa, trabalhadora, dona de casa – e possuíam dificuldades em expressar os seus desejos, fazendo o que os outros queriam.

É importante, pois, que as mulheres entrem em contato com suas próprias necessidades e crenças para conquistar seus objetivos de modo mais próprio e consciente. Para tanto, cabe aqui lembrar o conceito de *awareness* para dizer que “a mera apreensão intelectual de uma (suposta) verdade não poderia gerar mudanças de fato, pois é preciso apreender o mundo de forma integrada, vivencial, articulando pensamentos, valores e sensações” (LUCZINSKI et al., 2019, p. 953). No caso, isso possibilita que essas mulheres se tornem capazes de explorar os sentidos e contatar o mundo com mais riqueza, contribuindo com o seu processo de empoderamento, em que elas consigam vislumbrar outras possibilidades de escolha e decisão, estabelecendo limites nas relações com o outro e vendo-se capaz de construir um futuro de modo autônomo. Para que essa autonomia seja mais plena é importante que elas juntem forças, pois, como nos ensina a Gestalt-terapia, esse processo é relacional, logo o seu desenvolvimento é essencialmente social (LUCZINSKI et al., 2019)

Em um trabalho gestáltico no qual as terapeutas também são mulheres, embora elas coloquem as suas próprias experiências pessoais “entre parênteses”, conseguem no protagonismo do discurso da cliente articular as suas próprias vivências femininas. Essa premissa está amparada pela compreensão do encontro intersubjetivo na Gestalt-terapia, em que não existe neutralidade nas relações, uma vez que estamos conectados e situados em um mesmo momento histórico. Assim, apesar de um encontro entre terapeuta e cliente, ambas mulheres, não se tornar figura, ele consegue energizar a sensibilidade e a qualidade da presença. Esse encontro de feminilidades mobiliza cliente e terapeuta, em que as mulheres são instigadas a contar a sua própria história, expressando-se na sua singularidade e não simplesmente reproduzindo o discurso patriarcal. Disso deriva a possibilidade do surgimento de novas feminilidades que desaloja pré-julgamentos e constrói novas formas para se experienciar o feminino (LUCZINSKI et al., 2019).

Ainda como orientação para o encontro entre terapeuta e cliente mulher, é fundamental que essa cliente seja olhada em seu todo, tendo a confiança como base para seu processo terapêutico. Para que terapeutas consigam se abrir verdadeiramente a esse encontro, é importante que desconstruam padrões estéticos que normatizam a vida da mulher e tanto violentam seus corpos. Essa relação de abertura à singularidade de cada um facilita a criação de um encontro único e autêntico com essa cliente (MALTA & HORTA, 2019).

### 2.3.2 Gestalt-terapia interseccionada com outras mulheres: as negras e as lésbicas

É importante fazer esse recorte e dar um destaque especial para essas mulheres, pois as experiências delas possuem aspectos em comum que não dizem respeito às vivências das mulheres brancas. Dessa forma, Pimentel e Castro (2019) assinalam que a vivência de subalternidade atinge as mulheres, especialmente negras e lésbicas, colocando-as em um lugar de inferioridade, dependência e dominação, ampliando as hierarquias presentes nas interações entre mulheres e entre homens. Essa condição predispõe para um adoecimento psíquico, uma vez que pode “atingir a autoimagem, o autoconceito, e promover ajustamentos neuróticos crônicos, em que o contato é realizado como evitação, fuga ou defesa do ego, e por fim gerar um sentimento, também ‘crônico’ de inferioridade” (PIMENTEL & CASTRO, 2019, p. 116).

As mulheres negras e lésbicas, ao vivenciarem toda a pluralidade de serem elas mesmas, traduzida pela identificação com sua cor e/ou sexualidade, pelo enfrentamento das normas sociais que agem de forma excludentes, preconceituosas e discriminatórias e pela busca do crescimento enquanto pessoa, estão realizando um ajustamento criativo para obterem a homeostase, tendo como resultado a saúde mental. Assim, o ajustamento, também entendido como um processo adaptativo do organismo, relaciona-se com a *awareness* e o *insight* que emergem em determinada situação. Na vivência das mulheres negras e lésbicas pode-se pensar no reconhecimento de que cada situação possui suas especificidades, fazendo com que realizem suas escolhas dentro das possibilidades disponíveis, responsabilizando-se por suas vivências, mediante uma atuação ativa e responsável, buscando desenvolver formas de sobrevivência e crescimento para atender suas necessidades físicas e psicossociais. Assim, esse tipo de ajustamento é importante para o desenvolvimento da função *self*, na medida em que busca o atendimento das demandas da pessoa seguindo em uma relação plena entre o organismo e ambiente (PIMENTEL & CASTRO, 2019).

Na mulher negra, essa responsabilização pela própria vivência aparece junto com o desnudamento das representações sociais sobre a mulher e as construções de sentidos que bloqueiam o processo de regulação deliberada e convocam essa mulher para que desenvolva as funções de contato e de sustentação de si, mediante a apropriação do seu corpo. A partir disso, ela escolhe se identificar com as referências que circulam no lugar, assimilando-as e recriando-as, deixando de “consumir padrões identitários e multiculturais de massa para configurar um estatuto ontológico de pessoa criativa” (PIMENTEL & CASTRO, 2019, p. 121). Portanto, essa apropriação e autoconsciência restaura o equilíbrio e a saúde do organismo e auxilia na



construção de novas fontes de suporte, por meio do avanço para a reconfiguração de redes de apoio, sejam elas pessoais, sociais ou profissionais (PIMENTEL & CASTRO, 2019).

De fato, nas falas das mulheres negras encontramos experiências de pressão social para se manterem fiéis a uma estética branca imposta a todas as mulheres. Em seus discursos, fica evidente a estranheza com seu próprio corpo, que não corresponde a um ideal entranhado social e culturalmente no corpo negro. Para se sentirem aceitas e acolhidas nos grupos que as pressionam para que atendam ao ideal de estética branca, acabam negando suas características fenotípicas e alisam seus cabelos. Portanto, passam por um duplo processo de não verem seu próprio corpo: 1) pela imposição da branquitude, por onde não se reconhecem; e 2) pelos seus cabelos naturais, que impedem a sua confirmação social. Relatam essa experiência como um processo doloroso, cansativo e que demanda um alto investimento emocional e físico, explicitamente representado pelas queimaduras no couro cabeludo e a insegurança e vergonha de sair de casa com o cabelo desalinhado. A partir dessa reflexão, faz-se um paralelo com a função *Id*, retomando a ideia de que esse deriva de uma situação e não é da pessoa, sendo passivo, difuso e irracional. Assim, o estabelecimento dessas formas de contato danificadas a partir de uma norma não questionada geram um sofrimento, manifestando de forma afetiva, característica do *self* como modo de funcionamento *Id* (ARRELIAS COSTA, 2019).

Para modificar essa situação, algumas mulheres negras recriam outras formas para se afirmar positivamente. Com o uso das tecnologias, elas conseguem se ver a partir de espelhos mais condizentes com suas identidades de gênero e racial. Em uma leitura gestáltica, pode-se dizer que elas “abrem novos caminhos possíveis para sua reestruturação intersubjetiva, experienciando um contato vigilante com o evento mais importante do seu campo vivencial: a própria identidade racial, neste caso” (ARRELIAS COSTA, 2019, p. 214). Assim, realizam a mudança na autoimagem a partir de contatos em relações intersubjetivas significativas (família, amigos, grupos feministas) que confirmam suas escolhas em assumir seus cabelos naturais, por exemplo. Esse processo é especialmente importante uma vez que o racismo aparece na estrutura social como uma norma implícita, que é explicitamente negada por um mito de democracia racial. Assim, o branqueamento é uma forma de interrupção do contato em que a mulher negra introjeta o aspecto visual branco como a maneira possível de sair do lugar de subjugada (ARRELIAS COSTA, 2019).

Além da importância do suporte dos outros à sua mudança em direção a uma estética negra, ao realizar suas modificações corporais, passam a servir de inspiração para outras mulheres que estão passando pelo mesmo processo. Na medida em que dizem explicitamente quem são pelas palavras e estética corporal, modificam também as suas relações diversificando

as suas formas de contato. Então, Arrelias Costa (2019) relaciona três formas de contato em que o gênero e a raça aparecem interseccionados nessa relação com a negra que assume a sua negritude: 1) na relação com outras mulheres negras, que geralmente a confirmam positivamente, criando uma ilusão de que a sociedade como um todo irá confirmar sua identidade étnica-racial; 2) na relação com outras mulheres brancas, pelo questionamento da suposta superioridade estética naturalizada, que pode provocar reações corporais e emoções espontâneas das brancas, às vezes de insegurança; 3) na relação com os estudos e movimentos sociais a partir dos quais teoriza a si própria e luta contra um racismo sexista. Em um paralelo com a função *Ego*, percebe-se que tanto as ações executadas para alisar que geravam sofrimento, quanto as para parar que envolvem o reconhecimento da necessidade de auotafirmação racial se relacionam com essa função, uma vez que essa função diz de uma ação de acordo com o que é percebido no campo como possibilidades ou dificuldades.

Portanto, ao abandonar o branqueamento para serem aceitas, as mulheres negras podem passar a questionar quais são suas possibilidades corporais dali em diante. O reconhecimento enquanto negra nas relações atuais relaciona-se ao entendimento de como sua história pode ser recontada a partir de um posicionamento ativo na construção de sua existência. Assim, pode-se fazer um paralelo com a compreensão do modo de funcionamento personalidade do *self*, pois os hábitos assimilados e as criações na fronteira de contato possibilitam não só o autorreconhecimento, mas também novas formas de estabelecimento de contato. Esse novo campo, por sua vez, permite que o sistema *self* reescreva a si mesmo de uma maneira inovadora (ARRELIAS COSTA, 2019).

### **2.3.2.1 A escuta na clínica gestáltica da mulher negra e lésbica**

Como diretrizes e provocações para a clínica, Arrelias Costa (2005) nos convida a pensar sobre o lugar racializado de cada pessoa negra no espaço terapêutico, lembrando-nos que as construções da Psicologia são naturalmente racializadas já que nascem a partir do olhar branco, deixando escapar ou, até mesmo, deslegitimando, processos que envolvem formas civilizatórias não brancas, o que pode levar às pessoas a tentarem se adequar a modos de vida que as violentam. É importante, assim, que se faça uma “clínica política e afetivamente racializada” (ARRELIAS COSTA, 2019, p. 219) que respeite a pluriversidade da sua clientela, sendo ética e responsável no seu acolhimento e nas suas intervenções, possibilitando um encontro genuíno e que propicie o crescimento saudável de cliente e terapeuta.

A partir desse panorama, é importante entender que o racismo e a exclusão produzem efeitos na subjetividade e vida social de mulheres negras e lésbicas, sendo necessária a

promoção de ajustamentos criativos que favoreçam a elaboração da imagem positiva de si mesma e de seu grupo, de forma a afrontar a sua posição desvantajosa que gera sentimentos de inferioridade, baixa autoestima e autoimagem negativa. O terapeuta, ao auxiliar no fortalecimento dos autossuportes contribui para que essas mulheres realizem o contato pleno, conseguindo fechar suas *gestalten* ou situações inacabadas, avançando para uma comunicação recíproca com o outro e o mundo. Por fim, é importante que pensemos no trabalho do gestalt terapeuta não restrito à clínica, mas como algo coletivo orientado para a cidadania, de modo a diminuir as vulnerabilidades e desigualdades sofridas por essas pessoas (PIMENTEL & CASTRO, 2019).

### **2.3.3 Gestalt-terapia interseccionada com as sexualidades e identidades de gênero não normativas**

Algumas premissas da Gestalt-terapia, como as terminologias de campo, holismo e teoria organísmica, por olharem a pessoa como um todo, são importantes referências para se compreender a orientação sexual. Todos esses conceitos auxiliam com uma visão mais humana de uma pessoa que é vista de maneira integral e total. Além disso, o ser humano é um organismo em constante interação, mediante a fronteira de contato, com o meio que o cerca, modificando e sendo modificado por esse meio. Essa abordagem convida o olhar para o indivíduo, integrado em suas partes e polaridades, de modo mais humano e cuidadoso, trazendo mais empatia na sociedade e redução de preconceitos (GOMES, 2020).

O campo que compõe essa sociedade diante das sexualidades está relacionado a todas as formas de perpetuação e manutenção das forças dominantes, como a heterossexualidade hegemônica, “o machismo, sexismo, classicismo, preconceito racial, preconceito sexual, questões de gênero (imposição de uma cisnormatividade)” (GOMES, 2020, p. 153). Isso quer dizer que tanto uma livre expressão da sexualidade, como os comportamentos preconceituosos são produtos de um campo que é eminentemente relacional, formado por forças complexas e situações de vivência únicas. É nesse campo que as necessidades do organismo surgirão e ele buscará lidar com isso da melhor forma possível, fechando *gestalten*, enquanto outras necessidades se abrem. Gomes (2020) exemplifica isso relatando algumas vivências de sexualidades: um sujeito pansexual que tenta mudar seu campo e busca a internet onde se sente mais aceito; uma pessoa assexual que luta contra as forças do seu campo que pressiona a performar uma sexualidade hegemônica; homossexuais e as suas lutas dentro do ambiente de trabalho.

Santana e Belmino (2017) problematizam o fato da sociedade (ou grande outro social, como dizem eles) espelhar identidades normativas que regulam os direcionamentos que as pessoas de determinado sexo devem seguir em termos de identidade e orientação sexual. Nesse sentido, ao retomar alguns conceitos desenvolvidos por Marcos e Rosane Muller-Granzotto (2012a; 2012b apud SANTANA & BELMINO, 2017) falam sobre o uso das identidades como forma de reivindicação por legitimidade e respeito. Em relação à sexualidade, isso ocorre diante das tentativas malsucedidas de ter o reconhecimento e acolhimento de sua diversidade de gênero, na qual um outro social (ou espelho social) os priva de representações sociais que constituem para cada pessoa uma identidade (função personalidade<sup>11</sup>), não havendo, portanto, uma imagem social pela qual essa pessoa se sentiria incluída respeitada e aceita, o que resulta em um sofrimento ético-político-antropológico.

Dito de outra forma, no caso de pessoas que são discriminadas pelas suas identidades de gênero, elas podem ser excluídas por esse outro social, que as poderá privar de estarem em determinada(s) realidade(s) como tivessem perdido as representações sociais que lhes faziam pertencer a determinada identidade ou grupo. Assim, esses sujeitos ficam apartados do sistema partilhado de identidades sociais, que constituem a função personalidade, além de estarem submetidos ao desejo de um dominador, que no caso é branco, homem, heterossexual e “normal”, o que gera neles um sofrimento ético. Esse sofrimento acontece tanto devido à recusa de serem escutados em seus direitos, mas também pela violência perpetrada pelo estado de direito e sociedade diante de seus valores, práticas e instituições dissidentes (QUINHONHES, CID & TRENTO, 2019).

A partir desse sofrimento, há um ajustamento criativo que se mostra em pequenos pedidos de socorro e solidariedade denominados ajustamentos de inclusão. Assim, os sistemas de dominação patriarcal, branco e heterocisnormativos impõem uma normatividade e atua na dominação do diferente e de quaisquer desejos dissonantes que vierem a surgir, trabalhando para que sejam destruídos. Com isso, provocam o aniquilamento da função personalidade e desnudam a função de ato (ou função Ego) que sucumbe ao sofrimento e fica desamparada, mas

---

<sup>11</sup> Os autores utilizam do conceito de função personalidade para explicar que é a partir dessa função que são desenvolvidos os aspectos morais, éticos, as instituições e nossa historicidade, ou seja, a nossa identidade reconhecida no laço social. Na relação entre as três funções do *self* os autores adotam a nomeação da função ego por função de ato concebida por Marcos e Rosane Muller-Granzotto. Assim, citando esses autores estabelecem que a função personalidade institui as representações sociais no sistema *self* configurando uma identidade que cada função de ato pode assumir, “essa consistência é constantemente perfurada pelo vazio do hábito, do passado retido no fundo impessoal (função *Id*) e ultrapassada pelas criações em direção a um horizonte de futuro (função de *Ato*)” (SANTANA & BELMINO, 2017, p. 150). Portanto, as identidades de gênero estariam eminentemente ligadas à função personalidade.

não perde a sua capacidade de criação e de olhar para as possibilidades desse campo, ajustando-se criativamente no pedido de socorro (SANTANA & BELMINO, 2017).

As necessidades de se proteger contra ataques e de não ser abandonado por pessoas significativas se tornam prioridade na existência do indivíduo, que vai perdendo a expressão da identidade sexual genuína nesse processo e sofre pela impossibilidade de realizar as suas necessidades sexuais e identitárias básicas e legítimas. É importante compreender as forças repressivas no campo de pessoas LGBTQI+, que somado com outros fatores, podem agir no âmago de suas dores emocionais. Assim, apesar de, em uma visão existencialista, a escolha ser um aspecto inerente ao ser humano, existem aspectos da relação organismo e ambiente que não são controláveis, como a fome, que surge como uma necessidade a qual deve ser atendida da melhor forma possível e não simplesmente deixada de lado, por mais adverso que o campo possa ser. Portanto, os ajustamentos criativos e a utilização de uma boa forma serão necessários para lidar com o que aparece como necessidade, o que pode ser transposto para o campo da sexualidade (GOMES, 2020).

Ainda sobre o ajustamento criativo, é importante delimitar que em Gestalt-terapia o corpo não é o destino final, nem nasceu para cumprir determinada tarefa. Disso pode derivar a premissa de que a homossexualidade pode ser entendida como um efeito de ajustamentos criativos que combinam as necessidades afetivas do indivíduo e o corpo de quem esteja mais próximo. Assim, o ajustamento homossexual, em Perls, Hefferline e Goodman (1997), como já explicitado acima, representa o poder integrativo do *self*, a partir de um contato e uma identificação que foram comprovados pela pessoa em determinado momento. Isso quer dizer que a necessidade não tem gênero e se liga na fronteira-corpo que esteja mais próxima da intencionalidade do afeto de quem sente a falta, excitando-se com o que se tem em confronto com o que se falta. Portanto, o desenvolvimento da sexualidade segue um caminho igual à necessidade de afeto. Na criança, por exemplo, podemos perceber que o afeto não tem gênero, relacionando-se a uma necessidade do momento e à excitação organísmica (ROCHA, 2005).

Em resumo,

o organismo vai precisar ajustar-se aos elementos disponíveis do momento, mas comportando-se sempre como uma totalidade organizada num processo de autorregulação. O ajustamento criativo configura o organismo a poder sempre tratar com um acordo entre o suprimento de suas necessidades e aquilo que existe no campo. A mulher que começa a buscar sexualmente uma amiga, porque o marido é violento com ela, está organizando sua necessidade afetiva e sexual numa conduta conhecida como homossexualidade. Isto é: não há instintos, há necessidades. [...] a dicotomia homossexualidade x heterossexualidade que surge para discriminar tipos de orientação sexual, se pensadas dentro de uma perspectiva organísmica, também deveria ser abolida (ROCHA, 2005, p. 218).

Para entender essa relação com a necessidade, Gomes (2020) traz a noção de ciclo do contato a partir da definição dada por Zinker (2007 apud GOMES, 2020), em que as necessidades que derivam da relação entre o organismo e ambiente pressionam por busca de realização a partir de um fluxo que se inicia com a não necessidade aparente do organismo (retração), que é, em seguida, mobilizado pela sensação corporal dessa necessidade. Ao perceber e reconhecer essa necessidade pela *awareness* do campo, mobiliza a energia para atender essa necessidade e faz o contato com o objeto da necessidade. Após esse contato, fecha o ciclo com a realização dessa necessidade, em um movimento de retração.

Assim, a sexualidade passa por esse ciclo do contato, uma vez que abre as necessidades no organismo para realização e fechamento. Por se tratar de algo complexo e que não permite o controle de suas esferas, sugere que o indivíduo deva lidar com a sexualidade conforme as necessidades evocadas por seu organismo e não modificá-las para atender a um padrão heterocisnormativo. Inclusive, é esse padrão, somado à discriminação de pessoas LGBTQI+ fontes de dor dessas pessoas, pois interrompem o contato genuíno para a satisfação das necessidades físicas, afetivas ou de expressões identitárias. Essa interrupção gera comportamentos neuróticos, o que em Gestalt-terapia diz de modos de agir padronizados, cristalizados e inautênticos, sendo insuficientes para a realização das necessidades e o consequente fechamento das *gestalten* (GOMES, 2020).

Ao tratar sobre a discriminação, é importante lembrar que a sua base encontra-se em uma relação Eu-Isso, em detrimento de um Eu-tu, conforme preconizado por Buber (2001 apud GOMES, 2020). Assim, as pessoas não se olham numa relação de respeitar e acolher a diferença do outro (Eu-tu), mas numa perspectiva de objetificar e categorizar esse outro (Eu-Isso). Nesse sentido, reprime-se a sexualidade em vez de aceitá-la como expressão autêntica do indivíduo, aumentando os atos de preconceito (GOMES, 2020).

Essa reificação também está presente entre pessoas que escapam à norma da heterossexualidade restrita. Barros (2020) constatou em sua pesquisa que mesmo homens que fazem sexo com homens podem apresentar comportamentos homofóbicos, negando o contato com homens afeminados. Isso quer dizer que esses homens, que não exercem a heterossexualidade, estariam em consonância com um ideal de masculinidade hegemônica. Essa rigidez na performance desses homens se dá a partir de um roteiro cultural rígido com uma certa ingestão de “verdades”, que acontece na introjeção. O autor explica, por meio das considerações de Jean-Marie Robine (2006 apud BARROS, 2006) que nessa interrupção de contato o ambiente oferece pseudo-respostas à tensão do *self*, que interrompe a sua mobilização. Essas pseudo-respostas acabam alimentando pensamentos e comportamentos heterossexistas e

homofóbicos. Assim, os homens que se relacionam com homens são atravessados por tais introjetos e projetam na figura do afeminado toda a sua repulsa. Barros (2020) retoma a ideia do conceito de projeção em que o organismo projeta no meio ambiente alguma experiência que pertence a si mesmo e conclui que as falas de rechaço aos efeminados dizem mais sobre os homens que falam e suas formas de se relacionarem com o diferente.

Barros (2020) reflete sobre todas essas relações com o conceito de fronteira de contato, o qual entende como um lugar e, também, um tempo em que é possível o encontro com o diferente, em um movimento de união, estranhamento e excitação que promove a criação de algo novo, com a manutenção de si mesmo nessa fronteira, mas ao mesmo tempo uma dissolução que possibilita a nomeação de um nós. Entretanto, se há uma repulsa por esse diferente que diz de um “não-eu”, esse contato fica impossibilitado pela evitação desse encontro com o diferente. No caso de homens que dizem não aos afeminados, eles não se capturam por uma nova união com esse diferente, impedindo o estabelecimento de uma nova criação e deixando sua fronteira de contato rígida, impedindo a dissolução a um “nós” e as trocas com um “não-eu”. Ao naturalizar as falas sobre as masculinidades desviantes, aquele que se considera o macho, reduz o outro ao feminino e não entra em contato com outras partes dessa pessoa.

Ainda, essa evitação do contato pode ser lida como uma tentativa de invisibilização desses corpos, Barros (2020) retoma um trecho escrito por Mônica Alvim (2019 apud BARROS, 2020, p. 122) para dizer que invisibilizar o outro é como “um gesto de tapar os próprios olhos, retirando o outro do meu campo de visão, para que o que eu veria nele, não possa também me olhar e me inquietar. Um gesto que visa a aplacar a angústia do encontro com sua diferença”.

Essas interrupções do contato são tão fortes que homens gays passivos podem sentir vergonha e repulsa por si, devido às suas práticas sexuais anal-receptivas, além disso, salienta-se que homens gays são ensinados a não serem afeminados, assim como toda socialização masculina. Portanto, esse afastamento ao afeminado, feito por gestos homofóbicos, pode gerar sofrimento nas pessoas que fogem à norma do comportamento de macho. Eles podem introjetar ou confirmar que existe alguma coisa errada em seu comportamento afeminado, uma vez que os outros homens os colocam em um lugar marginal e abjeto, estabelecendo fronteiras de contato rígidas e intransponíveis (BARROS, 2020)

No entanto, há ainda um movimento possível para o afeminado que é o de fortalecimento dessa sua identidade colocada em um lugar de marginalidade. Por meio do seu existir, essas pessoas questionam as normas que pautam os corpos, problematizando o que

somos e perturbando as masculinidades hegemônicas, demonstrando plasticidade da existência. Assim, as fronteiras de contato dessas pessoas, diferentemente do tipo macho, “podem ser fluidas, um corpo-no-mundo-com-outro que responde à situação, sendo transgressoras e contestadoras das normatizações, corpo resistente às domesticações e docilizações da vida” (BARROS, 2020, p. 122).

No mesmo sentido, ao propor uma alternativa para superar essa questão de categorizar o outro na sociedade a partir da sua sexualidade, Gomes (2020) retoma o *self* como um processo e funcionamento diante do mundo e não como uma estrutura cristalizada. Portanto, uma maneira de se pensar nesse funcionamento que poderia derivar um movimento gestalticamente saudável seria por meio de uma identidade pansexual que tem como características a abertura a novidades e a fluidez. Cabe aqui situar novamente que a sexualidade não é um aspecto controlável, logo não seria nem possível fazer uma defesa em prol de as pessoas adotarem esse modelo de sexualidade. No entanto, “a postura de abertura e descristalização trazida por essa identidade pode ser vista como posicionamento fértil para um funcionamento psíquico mais genuíno e nutritivo, propiciando também afirmação e proteção das identidades sexuais dissidentes” (GOMES, 2020, p. 163).

### **2.3.3.1 Gestalt-terapia interseccionada às singularidades dos corpos trans e travesti**

É importante diferenciar aqui que para além de uma construção corporal divergente de uma norma cisgênero, as categorias transexual e travesti são também eminentemente políticas. Alguns anos atrás, as diferenciações entre essas duas categorias aconteciam majoritariamente porque as travestis vinham de classes populares e ao revelarem sua identidade de gênero, eram frequentemente expulsas de casa, restando-lhes se juntar com outras travestis na marginalidade, especialmente em lugares de prostituição. Enquanto isso, as pessoas trans vinham de famílias de classe média, que, antes do rompimento familiar, eram submetidas ao saber médico-psicológico que as diagnosticava e categorizava como transtorno de identidade de gênero, utilizando a nomenclatura transexual para se referir a esse corpo. No entanto, com a difusão sobre os conceitos de gênero, que vieram a partir da quarta onda do feminismo, essas posições não são tão bem marcadas e pessoas de classes médias e altas, mediante o ciberativismo, começaram também a se referir como travestis como uma forma de visibilidade e retirada dos lugares de marginalização, afirmando-se como uma pessoa que nunca será uma “mulher de verdade”, logo será sempre “travesti” (CARVALHO, 2018).

Nesse lugar de marginalização, Lobo e Pimentel (2011) entrevistaram travestis que estavam em situação de prostituição buscando analisar e refletir aspectos que configuram seus



processos de subjetivação. Assim, utilizaram a fenomenologia como método de pesquisa, buscando chegar nos sentidos e significados das falas de cada uma das participantes. Algumas dessas travestis relataram que dão conta da prostituição não como algo que incomoda ou que seja apenas fonte de trabalho, mas como uma escolha consciente e uma forma de manter-se relacionando com as outras pessoas e se sentirem incluídas.

Um aspecto levantado é da corporeidade travesti como um elemento prioritário para os processos de subjetivação, assim, quando elas injetam silicone no corpo, por exemplo, não modificam somente características fenotípicas ou fazem uma mera inversão dos seus papéis de gênero, mas essa ação repercute subjetivamente na identidade, assegurando a “transformação do sexo psíquico, embora não altere o sexo genético” (LOBO & PIMENTEL, 2011, p. 296). Nesse processo de mudança corporal, elas auxiliam na atualização ou ampliação do que é feminino e masculino, questionando as normas pré-estabelecidas. Essas travestis entrevistadas indicaram estar plenamente conscientes do seu processo de transformação no que diz respeito ao que faziam com seus corpos e subjetividades e as consequências disso. No entanto, não pareciam estar inteiramente conscientes (*aware*) das repercussões subjetivas, sociais, econômicas e políticas (LOBO & PIMENTEL, 2011).

Ainda em relação ao corpo, a necessidade em ter que colocar silicone e fazer algumas mudanças corporais, aparece como uma aceitação acrítica de uma norma sobre o ser travesti. Em paralelo com a teoria gestáltica, entende-se isso como uma disfunção do tipo de introjeção, já que absorvem as informações sobre corporeidade da cultura e dos grupos que frequentam em relação a padronizações de conduta, papéis e identificações para os gêneros masculino e feminino (LOBO & PIMENTEL, 2011)

Os autores identificam que as fronteiras de contato, que fazem um filtro sobre as necessidades das travestis e as suas interrelações com o mundo (mediadas pelo corpo, valores, familiaridade, expressividade, socialização e exposição), bem como as formas para viabilizar a satisfação dessas necessidades pelas funções como tato, movimento, visão, audição, etc. são afetadas de uma forma negativa no seu percurso de vida enquanto travesti. Assim, as introjeções que realizam podem ocasionar adoecimento neurótico ou rupturas com a realidade, já que as travestis, assim como os homossexuais, sofrem pressões para não se revelarem ou para enquadrarem o “sexo psíquico na armadura do sexo genético praticando o papel de gênero que supostamente é compatível socialmente” (LOBO & PIMENTEL, 2011, p. 298), os autores salientam que esse segundo fator é um preditor para depressões, transtornos de ansiedade e baixa autoestima, o que é tido como o custo existencial da transformação.

Em relação à subjetividade de uma pessoa que se identifica enquanto homem trans, Santos e Rocha (2019) examinaram um documentário com as vivências de um homem transexual, chamado João, fazendo articulações dessa experiência com conceitos gestálticos. O sujeito relata que necessitou aprender sobre a transexualidade para se identificar com um, visto que essa noção de poder ser homem não estava dada em seu campo, que só permitia a visão da sua diferença a partir da homossexualidade. Assim, ele caminha em direção a uma *awareness* sobre sua transexualidade ao mesmo tempo em que se atualiza com termos teóricos para entender o que se passava com ele. Ao descobrir o conceito, consegue se redescobrir. Descobrir a possibilidade de não ser mulher, mesmo pela imposição de ter nascido fêmea, traz um novo horizonte de sentidos a partir dos quais ele é capaz de ressignificar suas vivências.

Nesse sentido, João entende que ser lésbica não satisfazia suas necessidades, já que também se interessava por mulheres heterossexuais, ou seja, “em termos gestálticos, podemos considerar que a condição homossexual não satisfaz os anseios do seu *self*” (SANTOS & ROCHA, 2019, p. 58). Assim, a *performance* de gênero surge a partir de uma configuração de sentidos que se emaranham entre a identidade de papel de gênero e a combinação quanto ao par sexual, entre outros tantos sentidos. Essa *performance* diz que não existe uma essência que habita no interior do indivíduo, mas, em termos gestálticos, “é um fenômeno que emerge desse campo-organismo-ambiente como resposta (dia-logo) a algo suficientemente interessante para ser posto em movimento” (SANTOS & ROCHA, 2019, p. 64).

Ao realizar o processo de transição a pessoa vai estilizando seu corpo aproximando-se do gênero com o qual se identifica. Daí decorre a multiplicidade que a pessoa tem de viver o corpo no mundo. Em um paralelo com a psicologia da Gestalt, a partir do conceito da melhor forma, entende que uma boa *performance* de gênero emerge de forma tão boa quanto possível pelas condições do momento. Em uma relação entre figura e fundo, percebe-se a emergência, no caso de um homem trans, por exemplo, em que um corpo biologicamente feminino vai se tornando fundo aos poucos, na medida em que caracteres masculinos emergem tornando-se figura. Essa figura de contato não apenas indicam uma integração da experiência, mas é a própria integração, uma vez que quando há identificação do organismo com uma figura de gênero, ela se torna mais intensa e se destaca. A partir do aparecimento e percepção dessa figura, o organismo consegue satisfazer suas necessidades mediante um movimento de mudança e crescimento, que modifica tanto o organismo quanto o seu ambiente (SANTOS & ROCHA, 2019). De modo semelhante, podemos pensar nessa relação figura e fundo com o corpo da travesti que sofre as intervenções estéticas para se aproximar de um corpo feminino.

Em relação ao estranhamento das pessoas com a transição e, até mesmo, dificuldade em ver João como homem, Santos e Rocha (2019) evidenciam o tanto que o comportamento é uma função do campo. Assim, a transição de João suscita que as pessoas olhem de uma outra maneira para a realidade, ou seja, a mudança individual da pessoa transexual repercute no campo e demonstra a indissociação entre organismo-ambiente. Portanto, a transexualização convida as pessoas que convivem com ela a “elaborar a sua experiência de transição de gênero, o que evidencia quanto essa escolha ‘individual’ se torna coletiva em seus desdobramentos” (SANTOS & ROCHA, 2019, p. 59). Esse movimento é desestabilizador, uma vez que a performance da pessoa trans parte de referências diferentes do que é assinalado ao seu nascimento, trazendo novos movimentos do corpo, gestos, vestimentas e uma autoimagem diferente, e é confrontada pelo outro que muitas vezes se recusa ou estranha, geralmente por meio da fala pelo uso de pronomes antigos, talvez devido ao fato de o gênero ser tido socialmente como uma categoria estável e imutável.

A dificuldade do outro em se abrir a possibilidades novas de se pensar as pessoas sem pré-conceitos pode derivar, também, de uma identificação do

seu ego com as formas de gênero que a cultura lhe trouxe como um introjeto [...]. Sabemos que para a Gestalt-terapia o critério de saúde é a identificação com o *self*, sendo a doença a alienação deste por conta da identificação com o ego. Ora, o ego é construído por uma grande parte de introjetos (in = dentro, jetar = lançar). A construção de uma personalidade pode ser considerada um conjunto de introjetos, misturados com outros elementos assimilados (tornado símile) e incorporados (tornado corpo). Uma forma de indetificar um introjeto é pela projeção (pro = fora, jetar = lançar). É muito comum que, quando algo não está bem elaborado, a pessoa lance para fora e veja de forma aumentada no outro aquilo que não está bem resolvido para si mesma (SANTOS & ROCHA, 2019, p. 62)

Assim, a pessoa é confrontada o tempo todo com o novo em sua *performance* de gênero, devendo se ajustar criativamente de modo periódico em um ambiente que não assimila tranquilamente formas que não obedecem a um padrão heterocisnormativo. O indivíduo se vê diante de reações das outras pessoas de não aceitação ou desconhecimento da sua forma de estar no mundo que pressupõe incômodos com os quais precisa lidar, ajustando-se criativamente a cada nova situação que lhe aparece. Nesse processo de ajustamento criativo, a pessoa vai aceitando o que lhe é nutritivo e rejeita o que é tóxico, o que compreende um processo de agressão e destruição, num movimento de se apoderar e alterar velhas estruturas para torná-las mais semelhantes a si (SANTOS & ROCHA, 2019).

Pensar na *performance* trans e de gênero como um todo, destaca o seu caráter de vir a ser incessantemente. Nesse sentido, a ênfase no agora da Gestalt-terapia contribui pelo seu caráter de preferir o dinâmico “sendo” no lugar de um “é” estático. A pessoa faz uma *epoché* a todo momento, suspendendo o que a sociedade normatiza como comum a todos em relação ao

gênero, assim chega a uma nova essência a cada momento, abrindo-se a um universo de possibilidades para encontrar do seu jeito, o modo mais apropriado de estar no mundo. No entanto, é possível construir uma estética existencial a partir de um desejo, no momento que a *performance* de gênero encontra-se em congruência pela situação vivida pelo *self* (SANTOS & ROCHA, 2019).

### **2.3.3.2 A escuta clínica das sexualidades e identidades de gênero não normativas**

Uma importante tarefa para gestalt-terapeutas diante de toda a questão em torno de identidades de gênero e sexualidades que fogem ao padrão normativo é a de ocupar o lugar de semelhante que pode oferecer apoio. É importante que o terapeuta esteja ligado a um sentimento de solidariedade, doando-se ao outro independentemente de valores e projetos políticos aos quais esteja ligado, refletindo sobre a discriminação e violência gratuita de gênero que essas pessoas passam por viver uma sexualidade que destoa da norma (SANTANA & BELMINO, 2017).

Além disso, cabe salientarmos novamente que o terapeuta e o cliente trazem suas próprias feridas e tabus na exploração do gênero e da sexualidade. Ao perceberem alguma quebra de empatia do terapeuta, os clientes podem responder de maneira defensiva e hostil, ou, até mesmo, preferindo um afastamento silencioso. Portanto, é importante que o terapeuta trabalhe em si os aspectos relacionados à sexualidade. Basicamente, quatro passos básicos podem auxiliar nesse trabalho: 1) explorar suas próprias questões em relação a gênero e sexualidade, incluindo em como as normas sociais e privilégios contribuem para suas questões; 2) examinar criticamente tudo o que já aprendeu sobre esses tópicos e o que ainda falta aprender na sua prática profissional, buscando desconstruir aquilo que pode trazer uma perspectiva reducionista; 3) considerar as formas que usa para comunicar suas visões sobre gênero e sexualidade aos clientes pela interação corporal (um exemplo disso é que uma cliente pode apenas estar concordando com um terapeuta homem por se sentir submissa a sua dominância masculina); 4) questionar-se sobre o grau em que ainda possui ideias pré-concebidas e implícitas sobre gênero e sexualidade (JOHNSON, 2014).

Devemos, portanto, acolher e apoiar identidades sexuais fora do padrão heterocisnormativo, oferecendo suporte para que o indivíduo desenvolva seu autossuporte, fortalecendo-se e ratificando sua sexualidade para si mesmo (GOMES, 2020). Em uma perspectiva fenomenológica, Barros (2020) salienta que, em seu fazer clínico, sempre verifica com os homens que atende se é necessário nomear as suas sexualidades, alguns afirmam que sim e outros que preferem não categorizar por se sentirem confusas com seus desejos e

sentimentos. Assim, é importante que o terapeuta se liberte de seus pré-julgamentos, por meio de uma suspensão fenomenológica, deixando a pessoa interpretar suas vivências.

### 3. Conclusões

Para além de ser um conceito de fácil compreensão e de estabilidade dada, o gênero pode aparecer de modo diverso e trazer mais dissidências do que concordâncias entre seus interlocutores. Da mesma forma, leituras de gênero por teóricos de uma abordagem psicológica não serão igualmente uniformes e poderão variar de acordo com suas experiências de vida, as suas leituras psicossociais sobre gênero e as suas interpretações e articulações dos conceitos da Gestalt-terapia. Nesse sentido, procurou-se neste trabalho priorizar ao máximo as leituras que os autores trouxeram da teoria gestáltica e do conceito de gênero, buscando uma sistematização para que houvesse um diálogo dessa polifonia que constitui a interação entre Gestalt-terapia e gênero. Obviamente, é necessário assumir aqui também a minha subjetividade e leitura desses textos, feita de uma forma afetivamente disponível e em uma tentativa de redução fenomenológica, mas impossível de uma dissociação completa de aspectos da minha própria fronteira de contato.

Pudemos perceber que a existência e as teorizações de nossos autores criadores da Gestalt-terapia também tiveram sua historicidade em uma sociedade marcada pelo dimorfismo sexual e subordinação feminina. Isso fica evidente na naturalização desse lugar por aqueles que se beneficiavam dele, Paul Goodman e Fritz Perls, e uma indisponibilidade em permanecer nesse lugar por Laura Perls, mediante um questionamento que ainda não estava em voga na época, evidenciado pelo seu texto datado de 1949. No entanto, a proposição a uma sociedade mais igualitária, com maior liberdade sexual e expressão de seus afetos era bastante defendida pelos homens de nossa teoria, o que também auxilia na existência de pessoas marginalizadas pelas suas orientações sexuais e identidades de gênero.

No Brasil, os textos sobre as interlocuções entre a Gestalt-terapia e gênero parecem estar acompanhando as leituras e proposições das epistemologias feministas. Assim, alguns textos mais antigos, especificamente os construídos na coletânea *Gestalt e Gênero* de 2005, parecem fazer articulações com conceitos da Gestalt-terapia focando em uma noção de polaridades feminina e masculina que se encontram naturalizadas dentro do indivíduo e que devem ser integrados em prol de uma harmonia da pessoa. Articulando com a provocação de Robine (2005) sobre a dualidade entre subjetivismo e teoria de campo presentes na Gestalt-terapia, acredito que esse posicionamento de integração estaria mais ligado a uma tendência moderna da teoria, o que é possível e pode servir como ferramenta útil de análise ao se pensar processos

em que as pessoas alienam alguns aspectos importantes da sua existência por fatores derivados desse campo de opressão, fazendo ajustamentos criativos disfuncionais ao rejeitar determinados aspectos de sua existência devido a identificações equivocadas.

Para exemplificar isso, além do estudo de caso descrito por Laura Perls e trazido a esse trabalho, podemos observar um estudo de caso trazido por Frazão (2005) em que ela relata a história de uma mulher que havia adotado características masculinas e rejeitado a feminilidade e tudo que dizia respeito ao feminino, como o autocuidado em termos estéticos e a sensualidade. No decorrer do seu processo terapêutico, foi percebido que, além desses ajustamentos criativos, ela também seduzia e descartava homens, como um modo de autorregulação organísmica para lidar com uma situação de abuso. A partir do seu processo terapêutico, ela foi se apropriando dos aspectos femininos e desenvolvendo melhor essas características, resultando em um maior autocuidado e melhor relação com o outro. Portanto, observa-se como a retomada de aspectos considerados femininos foi importante para que a cliente fizesse ajustamentos criativos mais saudáveis para sua existência.

Apesar de servir em algumas situações, é importante que terapeutas estejam abertos a ouvir despindo-se dos paradigmas sociais, fazendo uma “desinstitucionalização da escuta”. Somente assim poderemos ouvir outros tipos de construções corporais de homens e mulheres, iniciando novos diálogos e novas escutas, evitando cair em uma mera reafirmação de significados e representações culturalmente legitimados. Desse modo, “escutar é desconstruir, é des-velar, o des-ocultar, o poder-ser presença sob outros nomes, que não aqueles dados por nossa cultura como signos do feminino” (MAGNABOSCO, 2017, p. 86), do masculino, da raça, das identidades de gênero e sexualidades não normativas.

Para gestalt-terapeutas, considero que uma visão mais ligada ao que Robine (2005) chama de pós-moderna, pautada no caráter relacional do *self*, que é eminentemente entendido como contato, seja mais ampla e consiga dar conta de mais situações, sem excluir formas de expressão de gênero que podem aparecer em corpos diversos. Assim, encontramos na literatura gestáltica autores preocupados em olhar para os fenômenos relacionados ao gênero sob uma perspectiva mais relacional e que considera os determinantes sociais de raça e sexualidade. É curioso observar que entre 2005 e 2011 parece ter havido um hiato nesses estudos e que a maior parte dos achados se concentram entre os anos de 2015 e 2020. Talvez, essa mudança para um paradigma pós-moderno nos textos que fazem as interseções da Gestalt-terapia com as epistemologias que estudam gênero, deva-se, em parte, à disseminação sobre os estudos de gênero que vêm ganhando força com o ciberativismo característico da quarta onda do feminismo.

Nos textos, foram frequentes as associações das leituras de gênero com os ajustamentos criativos, as noções de *self* enquanto sistema de contato, os mecanismos de interrupção de contato (especialmente a introjeção e a projeção) e a consideração do todo relacional que é composto pelo organismo e seu ambiente. Além disso, em todos os textos os autores identificaram aspectos na clínica que devem ser levados em conta para se ouvir as diferentes nuances que colorem o gênero, ressaltando uma clínica acolhedora, mas politicamente comprometida com a desconstrução de normatividades que estão no âmago das diversas formas que o sofrimento do ser humano aparece. Nesse sentido, acredito que cada vez mais gestalt terapeutas têm respondido afirmativamente à questão de Robine (2005) dizendo por seus textos e práticas profissionais que, no que tange à relação com gênero, a Gestalt-terapia tem ousado desenvolver o seu paradigma pós-moderno.

### Referências Bibliográficas

- ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Feminismo Negro. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. P. 255-259
- ARRELIAS COSTA, Livia Cristinne. Reflexões gestálticas sobre autorreconhecimento como mulher negra na Amazônia. **IGT na Rede**, v. 16, nº 31, 2019. p. 192-225, Maio 2020. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=674>>. Acessado em: 27 Dez 2020.
- BELMINO, Marcus César de Borba. Paul Goodman e o projeto do livro *Gestalt Therapy*. **IGT na Rede**, v. 11, n. 20, p. 120-142, 2014. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=450>>. Acesso em: 19 Dez 2020.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.
- BORBA, Rodrigo. **O (des) aprendizado de si: Transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.
- BARROS, Paulo Henrique Pinheiro de. “Quero macho com Jeito de Macho”: Fronteiras de contato entre usuários do Grindr. In: CASTRO, Lázaro; NASCIMENTO, Silva; VALE, Kamilly Souza do (Orgs.). **Sentidos em Gestalt-terapia: Novas vozes, outros olhares**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 110-125.
- BORGES, Cláudia Andréa Mayorga. **Interseccionalidade**. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Ed.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015. P. 184-187.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)> Acessado em: 16 Jan de 2021.

BROWNELL, Philip et al. **Gestalt therapy: A guide to contemporary practice**. Springer Publishing Company, 2010.

BUTLER, Judith (1990). **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, v. 23, n. 1, p. 119-136, Apr. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 11 Nov. 2020.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**. n. 52, e185211, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 16 Jan. 2021.

CONNELL, Robert William. **Masculinities**. Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241-282, Apr 2013 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 10 Dez. 2019.

CLATTERBAUCH, Kenneth. Masculinity politics. In: FLOOD, Michael et al. (Ed.). **International encyclopedia of men and masculinities**. Routledge, 2007. P. 394-397  
DOWSETT, GARY W. Gay Liberation. In: FLOOD, Michael et al. (Ed.). **International encyclopedia of men and masculinities**. Routledge, 2007. p. 226-228

FRAZÃO, Lílian Meyer. Alienação e resgate do feminino. In: FRAZÃO, Lílian Meyer; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. São Paulo: Livro Pleno, 2005. p. 25-34

GALHARDO, Diego Paulino; PEREIRA, Ondina Pena. Epistemologia feminista e Gestalt-terapia: uma aproximação pragmática. In: PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: Vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 124-146

GERMON, Jennifer. **Gender: A genealogy of an idea**. New York: Palgrave, Macmillan, 2009

GINGER, Serge; GINGER, Anne **Gestalt: Uma terapia do contato**. São Paulo: Summus, 1995.



GOODMAN, Paul. Being Queer (1969). In: Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades, v.06, n. 07, 2012, p. 32-41.

GOODMAN, Paul (1960). **Growing up absurd**: Problems of youth in the organized society. New York Review of Books, 2011.

GOMES, Ailton. Opção versus orientação sexual: o que de fato pode ser escolhido? In: MARRAS, Margaret (Org). **Angústias contemporâneas e Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2020. p. 136-167.

GRASSI, Samuele. Feminist utopias, queerness and Paul Goodman. **Feminist Review**, v. 126, n. 1, p. 123-138, 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBT morta no Brasil**. Relatório 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>. Acesso em: 22 Jan 2021.

HOOKS, bell (2002). **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JOHNSON, Rae. Contacting Gender. **Gestalt Review**, v. 18, n. 3, p. 207-225, 2014. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/10.5325/gestaltreview.18.3.0207?seq=1>> Acessado em 27 Dez. 2020.

LIMA, Patrícia. Gestalt, gestalt aberta, gestalt fechada, gestalt inacabada. In: D'ACRI, Gladys; LIMA, Patrícia; ORGLER, Sheila (Ed.). **Dicionário de Gestalt-terapia**: "gestaltês". São Paulo: Summus Editorial, 2016.

LOBO, Warlington; PIMENTEL, Adelma. Fenomenologia da travestilidade. In: PIMENTEL, Adelma; FRANCO, Vitor. (Org.). **Diálogos dentro da Psicologia**: Contributos da investigação luso-brasileira em psicologia social, clínica e educacional. Evora: Aloendro, 2011. p. 281-300.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCZINSKI, Giovana Fagundes; VIANNA, Keyth; GARCIA, Renata Parente; NUNES, Vanessa Hilme; TSALLIS, Alexandra. Gestalt-terapia e Empoderamento Feminino na Relação Terapêutica: Reverberações a partir do Atendimento Psicoterápico entre Mulheres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 947-963, 2019. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/49294>> Acessado em 29 Dez. 2020

MAGNABOSCO, Maria Madalena. Mal-estar e subjetividade feminina. **Rev. Mal-Estar Subj**, v. 3, n. 2, p. 418-438, set. 2003. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482003000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482003000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 21 Nov. 2020

\_\_\_\_\_. **Outras palavras em psicopatologia.** Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, 2017.

MALTA, Camila Lopes; HORTA, Saleth Salles. Corpo, desordens alimentares e sexualidade: Um olhar gestáltico acerca da mulher. In: GIOVANETTI, José Paulo; CARDOSO, Cláudia Lins; EVANGELISTA, Paulo Eduardo Rodrigues Alves. **Com-textos em Gestalt-terapia:** Estudos produzidos no curso de especialização em psicologia clínica gestalt-terapia e análise existencial brasileiro, volume 2. 2019, p. 58-81.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Rev. Estud. Fem.**, v. 16, n. 2, p. 333-357, Aug. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 20 Out. 2020.

\_\_\_\_\_. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: **38o. Encontro Anual da ANPOCS**, 2014, Caxambu, 27 a 31 de Outubro. Anais di 38. encontro ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2014. v. 1. p. 01-28.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev. Estud. Fem.**, v. 16, n. 3, p. 809-840, dez. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 03 Nov. 2019.

MÖLLER, Cíntia Vieira; ANDRADE, Celana Cardoso. A sexualidade feminina pela perspectiva da Gestalt-terapia: uma pesquisa qualitativa-fenomenológica. **Revista da abordagem gestáltica**, v. 17, n. 1, p. 8-17, jun. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672011000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 03 jan. 2021.

NADER, Maria Beatriz. Poder, violência e silêncio: uma questão de gênero. In: NADER, Maria Beatriz. **Gênero e racismo.** Vitória: EDUFS, 2014, p. 97-118

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dec. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12 Dez. 2020

NASCIMENTO, Marcos; CONNELL, Raewyn. Reflecting on twenty years of Masculinities: an interview with Raewyn Connell. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3975-3980, Dec. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017021203975&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021203975&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 10 Set. 2019.

NOGUEIRA, Bruno Antônio de Lima. Masculinidade e Gestalt-terapia: Esparta e a contemporaneidade. In: MARRAS, Margaret (Org). **Angústias contemporâneas e Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2020. p. 168-180.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995

ODDONE, Hugo Ramón Barbosa. Fronteiras do masculino: Gestalt experiências In: FRAZÃO, Lílian Meyer; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e Gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. São Paulo: Livro Pleno, 2005. p. 77-91

PERLS, Frederick Salomon (1969). **Gestalt-Terapia Explicada**. São Paulo: Summus Editorial, 1977.

\_\_\_\_\_ (1969) **Escarafunchando Fritz**: Dentro e fora da lata de lixo. São Paulo: Summus, 1979.

PERLS, Frederick S., HEFFERLINE, Ralph, & GOODMAN, Paul (1951). **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, Laura. **Living at the boundary**. New York: The Gestalt Journal Press. 1992

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

PIMENTEL, Adelma; DE CASTRO, Ewerton Helder Bentes. Ajustamento criativo e enfrentamento a subalternidade por mulheres negras e lésbicas. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 8, n. 1, p. 113-126, 2019. Disponível em: <<https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/238>> Acessado em: 20 Dez. 2020

PRUCHNIEWSKA, Urszula M. **Everyday Feminism in the Digital Era: Gender, the Fourth Wave, and Social Media Affordances**. Maio de 2019. 256 f. Tese (Philosophy Doctorate) - Temple University, Filadélfia, 2019.

QUINHONES, Dionatans Godoy; CID, Arthur Vinicius Cardoso; TRENTO, Yana Leticia. A Transgeneridade como Resistência a uma Lógica Totalitária: Uma Leitura a partir da Teoria do Self Gestáltico. **Psicologia Ciência & Profissão**, v. 39, n. spe3, e228567, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932019000700311&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700311&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 08 Dez. 2020.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **O Ciclo do Contato: temas básicos na abordagem gestáltica**. São Paulo: Summus, 2019

ROBINE, Jean-Marie. A gestalt-terapia terá a ousadia de desenvolver seu paradigma pós-moderno?. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 102-126, jun. 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812005000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 15 dez. 2020.

ROCHA, Sérgio Lizias C. de O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e ser mulher hoje. In: FRAZÃO, Lílian Meyer; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e Gênero**: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade. São Paulo: Livro Pleno, 2005. p. 205-246.

SALIH, Sara (2002). **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTANA, José Ricardo de Souza; BELMINO, Marcus Cezar de Borba. Identidades de gênero na perspectiva da teoria do self: uma leitura gestáltica acerca da sexualidade na contemporaneidade. **IGT na rede**, v. 14, n. 27, p. 136-162, 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-25262017000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262017000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 10 dez. 2020.

SANTOS, Lucas Caires; ROCHA, Sérgio Lizias C. de O. A performance de gênero em Gestalt-terapia. In: FRAZÃO, Lílian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. **Situações clínicas em Gestalt-terapia**. [versão eletrônica] São Paulo: Summus, 2019. p. 56-65.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia ciência e profissão**. v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 04 Nov. 2019

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SOUTO, Maria Cecília Peres do. Homem/Mulher – Masculino/Feminino. In: FRAZÃO, Lílian Meyer; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e Gênero**: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade. São Paulo: Livro Pleno, 2005. p. 159-168

TELLEGEN, Therese A. **Gestalt e grupos**. São Paulo: Summus, 1984.

THOMASON, Timothy C. The shadow side of the great psychotherapists. **Counseling & Wellness: A Professional Counseling Journal**, v. 5, 2016. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/151422831.pdf>> Acessado em 20 Dez 2020

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.